

Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e nove de abril do ano de dois mil e vinte e dois.

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, pelas dezasseis horas, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência em regime de substituição do Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes.

Ao iniciar a Sessão, o Presidente da Assembleia Municipal em substituição, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos iniciar os trabalhos desta Sessão da Assembleia Municipal.

Hoje, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, não está presente e, por isso, vou desempenhar as funções de Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em regime de substituição. A Sra. Deputada Dra. Ana Marta Mendes Garcia passa a desempenhar as funções de Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal.

A Mesa propõe que a Sra. Deputada Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa seja a Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal.

Efetuada a votação a designação da Sra. Deputada Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa para Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal foi aprovada por unanimidade.

De seguida a Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Sra. Deputada Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa, efetuou a chamada dos Membros da Assembleia Municipal tendo-se verificado que não está presente o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que apresentou a respetiva justificação.

Igualmente o Sr. Deputado Dr. Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos não está presente e apresentou a respetiva justificação.

Também a Sra. Deputada Dra. Aldina Henriques Lopes da Cunha Neves, não está presente e apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição, tendo sido substituída pelo Sr. Ricardo Jorge Marques Figueiredo.

O Sr. Deputado Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho não está presente e apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição, tendo sido substituída pelo Sr. Vasco Marques Brantuas Ribeiro.

O Sr. Deputado Dr. José Miguel Mendes da Silva Clara não está presente e apresentou a respetiva justificação.

O Sr. Deputado Rodrigo André Sousa Marques não está presente e apresentou a respetiva justificação.

O Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Nuno Gonçalo Mendes Santos, não está presente e foi substituído pela Secretária da Junta, Dra. Telma Alexandra Fernandes Nunes.

O Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Bruno Ricardo Dias Amado, não está presente e apresentou a respetiva justificação.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, nos termos da alínea i), do n.º1, do artigo 6º, do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo e os Srs. Vereadores, Dr. Francisco José dos Santos Rodrigues, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva e Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de apoio à Freguesia de Aldeia das Dez para Requalificação do Prédio Urbano denominado de “Casa da Memória”.

III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 28º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro na atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 56/2020 de 12 de agosto, da proposta de não-aceitação do Auto de Transferência de Competências para o Município na área da Saúde.

IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 1ª Revisão ao Orçamento para o ano de 2022.

V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano para o ano de 2022.

VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 29.º do anexo da Lei n.º 3572014, de 20 de junho e da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2022.

VII - Apreciação e votação, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 6-D/2021, de 15 de janeiro, do Inventário de Todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação e dos Documentos de Prestação de Contas do ano 2021.

VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2021.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em regime de substituição, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Feita a chamada e verificada a existência de quórum declaro aberta a Sessão.

Passaríamos à apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de três de dezembro de dois mil e vinte e um. Pergunto se há alterações ao teor da ata.

Não havendo alterações ao teor da ata passaríamos à votação.”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de três de dezembro de dois mil e vinte e um, foi aprovada por unanimidade.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em regime de substituição, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Temos um pedido de intervenção do público que será feito no início do Período de Antes da Ordem do Dia com tem sido habitual.

A Mesa da Assembleia Municipal tem a propor um Voto de Pesar e um Voto de Louvor e Reconhecimento e que passo a ler:

“Voto de Pesar - A Mesa da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, propõe um Voto de Pesar pelo falecimento do Eng.º Eugénio Borges Gonçalves.

Eugénio Borges Gonçalves, nasceu a 1 de outubro de 1941, na Freguesia da Lageosa, e faleceu no passado dia 31 de março, aos 80 anos.

Licenciou-se em engenharia civil, tendo fundado um dos primeiros gabinetes de engenharia, em Oliveira do Hospital.

Foi engenheiro civil nesta Câmara Municipal, tendo sido responsável do Gabinete de Obras, função que exerceu com brio e zelo, produzindo informações técnicas importantes e rigorosas.

Politicamente foi mandatário e grande impulsionador no concelho da candidatura de Ramalho Eanes à Presidência da República tendo-se aproximado do Partido Socialista de que foi militante.

Era um homem de bons costumes, ligado a várias associações e causas sociais, tendo sido Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital e um dos fundadores do Rotary Clube de Oliveira do Hospital.

Juntamente com a sua esposa comprou a antiga Farmácia Branquinho, no Lago Ribeiro do Amaral, que deu origem à conhecida Farmácia Gonçalves.

Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se a esta Assembleia Municipal a aprovação do presente Voto de Pesar pelo seu falecimento e a manifestação à família enlutada, as nossas mais sentidas condolências.”

Passaríamos à votação do presente Voto de Pesar.

Efetuada a votação, o Voto de pesar pelo falecimento do Eng.º Eugénio Borges Gonçalves, foi aprovado por unanimidade.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em regime de substituição, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

Passo a ler agora a proposta do Voto de Louvor e Reconhecimento pelo 100º aniversário da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital: *“Voto de Louvor e Reconhecimento - A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital foi fundada a 21 de março de 1922, estando a celebrar este ano o seu centenário.*

Têm sido 100 anos ao serviço da comunidade do concelho de Oliveira do Hospital e de outras regiões, cujo zelo e empenho destes homens voluntários, destes soldados da paz, ao serviço de uma causa que é de todos, tem de ser realçado e reconhecido.

São eles que estão sempre na linha da frente no combate às catástrofes, como os trágicos incêndios de 2017 ou a pandemia da Covid-19, assegurando igualmente outras frentes de intervenção.

Altruísmo, solidariedade, amor ao próximo, prontidão, fazer o bem sem olhar a quem, são valores que norteiam o corpo de Bombeiros desta Associação desde a sua fundação aos dias de hoje, nas suas várias valências: Corpo Ativo de Bombeiros, Escolinha de Bombeiros e Órgãos Sociais.

Por tudo o que referi e pelo muito mais que poderia mencionar, propomos que esta Assembleia Municipal aprove um Voto de Louvor e Reconhecimento pelo 100º aniversário da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital, e que se dê conhecimento do mesmo, à sua Direção e Comando.”

Efetuada a votação, Voto de Louvor e Reconhecimento pelo 100º aniversário da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital, foi aprovado por unanimidade.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em regime de substituição, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Quero informar que houve alterações ao Ponto VII. Estas alterações foram feitas ontem na reunião de Câmara Municipal e só chegaram a esta Assembleia, ontem, pela noite dentro. Temos também o Relatório da Certificação Legal das Contas do ano de 2021 para entregar aos Senhores Deputados. Este documento só chegou a esta Assembleia ontem.

A Esmeralda vai distribuir estes documentos a todos os Senhores Deputados.

Passaríamos de seguida ao Período de Intervenção do Público e solicito ao Sr. Vitor José Lopes de Matos para fazer a sua intervenção.”

Iniciado o Período de Intervenção do Público foi dada a palavra ao Sr. Vitor José Lopes de Matos que fez a seguinte intervenção:

“Trago, aqui, duas preocupações que gostaria de partilhar convosco. A primeira tem a ver com a mobilidade de pessoas que não têm transporte próprio.

Gostava de saber se tem a Câmara Municipal, ou esta Assembleia, feito, ou pensa fazer, alguma coisa para implementar algum transporte entre freguesias, e entre freguesias e a cidade, fora do horário escolar e com horários fixos? Isto para que as populações possam transitar entre freguesias e ao mesmo tempo tratar dos seus afazeres na cidade porque é aqui que estão a maior parte das coisas que são necessárias, nomeadamente supermercados, Câmara, Finanças, etc.

A segunda preocupação que gostaria de partilhar tem a ver com as estradas entre freguesias, e das freguesias à cidade, que têm muitas falhas de pintura horizontal. Em algumas nem existe pintura o que em dias de chuva ou de noite se torne muito perigoso.

Tem a Câmara Municipal essa preocupação? Que ações estão a ser feitas para resolver este problema?”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente às duas questões colocadas quero esclarecer o seguinte:

O processo de implementação de transportes públicos é regulado por autoridades municipais de transporte. Esta Assembleia Municipal delegou na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra a condição de autoridade municipal de transportes, ou seja, a autoridade municipal de transportes é a autoridade regional de transportes, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, que define as carreiras, os circuitos e negocia com os operadores a implementação de carreiras, de circuitos, a criação de novas ou a subtração de algumas carreiras e, neste momento, esse processo é financiado através do Programa de Apoio à Redução Tarifária do Fundo Ambiental. Neste momento há um processo complexo que está em cima da mesa e que é a renegociação das várias carreiras de transportes públicos na Região de Coimbra entre as operadoras e a autoridade regional de transportes que, como já disse, é a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Em resposta às questões colocadas pelo cidadão Vitor José Lopes de Matos importa esclarecer que os transportes regulares de carácter público, em Oliveira do Hospital, abrangem cinquenta e cinco localidades. Estes dados são dados oficiais da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e como disse, a autoridade regional de transportes.

Existem localidades que incluem transporte na hora de almoço. Portanto, durante a manhã, ao meio dia e à tarde. Por exemplo, a Bobadela dispõe dessa funcionalidade.

O custo dos transportes escolares, que também fazem parte de algumas destas carreiras de transportes públicos regulares, implica um investimento de cerca de trezentos mil euros.

Com o intuito de colmatar a ausência de transporte público em algumas Freguesias que não têm cobertura de carreiras foi criado o transporte a pedido, designado como projeto Sit Flexi, que iniciou em Oliveira do Hospital a sua função de transporte de pessoas a pedido, mediante marcação junto da central de reserva, como projeto-piloto começou em agosto do ano de dois mil e vinte e um. Oliveira do Hospital foi o Concelho com mais reservas até novembro de 2021. O número de utilizadores permanentes registados são sessenta e dois e o número total de reservas são trezentas e sete. Estes são os dados até ao dia vinte e cinco de abril.

Em março de 2022 iniciou-se uma nova etapa do Sit Flexi, do transporte a pedido. Passou de projeto-piloto para transporte efetivo. A contratação foi feita com os operadores por um período de um ano e passámos a ter maior cobertura. Passámos de vinte e duas localidades cobertas pelo transporte a pedido para vinte e oito localidades que abrangem oito freguesias. Portanto, durante o período não letivo ou falta de existência de transporte a meio dia, todas as freguesias do Concelho. Passámos de quatro rotas para oito rotas e mantém-se a frequência de três vezes por semana no transporte a pedido: Segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira.

Este transporte a pedido feito por operadores, por taxistas do Concelho, é financiado através do Fundo Ambiental, através do Programa de Apoio à Redução Tarifária e cofinanciado pela Câmara Municipal em 20 %.

Na presente data estamos com elevadas taxas de reserva. Todos os habitantes dos lugares que não tenham transporte público a meio do dia para regressar a casa poderão realizar reservas através do Sit Flexi. No período não escolar todos os lugares que não tenham cobertura horária e serviço de transporte público regular podem efetuar reservas no Sit Flexi. Por exemplo, em agosto alguns dos transportes são suprimidos, ou são mesmo suspensos, pelo que podem ser colmatados pelo Sit Flexi. Esta informação, em face do pedido de informação que nos foi feito, é naturalmente uma síntese de informação oficial que me foi facultada.

Relativamente à questão colocada sobre a sinalização horizontal dizer que foi aberto um procedimento para sinalização das estradas do Concelho, sinalização horizontal de vias municipais e guardas de segurança, à empresa Masitrave. O contrato foi denunciado por incumprimento uma vez que nunca foi realizado qualquer trabalho. Na última semana, e a poucos dias do término do prazo para o início dos trabalhos, foi feito, por parte dessa empresa, um pedido de prorrogação do prazo que naturalmente não lhe foi concedido uma vez que a empresa, durante meses, nada fez para executar o concurso que lhe foi atribuído.

Neste momento estamos a avaliar custos para lançar novo procedimento, é preciso ajustar os preços àquilo que é a nova realidade económica da prestação de serviços desta natureza.

Espero que tenha sido esclarecedor para as questões colocadas.”

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em regime de substituição, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Passaríamos agora às inscrições para as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia.”

De seguida foi iniciado o Período de Antes da Ordem do Dia e foi dada a palavra ao Sr. Deputado António Raúl Dinis Costa que fez a seguinte intervenção:

“O que me traz aqui, hoje, é uma situação que acho que é um motivo de orgulho para o Concelho, particularmente também para Lagares da Beira porque estão aqui algumas pessoas que integram esta eleição. Refiro-me às eleições da Associação Académica de Coimbra. Houve eleições e o Presidente da Direção Geral é um jovem de Lagares da Beira, João Pedro Caseiro que tem vinte e três anos. Ele era Vice-Presidente mas infelizmente houve um acidente e o Presidente faleceu. Houve eleições e ele foi agora eleito com 95 % dos votos. Mas fazem parte também outros jovens integrados nesta direção que são Oliveirenses e refiro-me ao Rodrigo Marques, Sofia Campos e Beatriz Anselmo.

Eu peço ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em regime de substituição, que pusesse à votação um voto de reconhecimento e congratulação pela eleição destes Oliveirenses porque acho que deve ser-lhes dado esse destaque e acho que nos orgulha a todos ter estes representantes na Associação Académica de Coimbra e acho que é muito importante.”

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em regime de substituição, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Agradecia que fizesse chegar à mesa essa proposta de voto de reconhecimento e congratulação”.

Efetuada a votação, o Voto de Reconhecimento e Congratulação para os jovens oliveirenses eleitos para a Associação Académica de Coimbra foi aprovado por unanimidade.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Meus caros amigos, quando vamos a Lisboa o que é que nós notamos que é o símbolo de Lisboa? Será a cidade das sete colinas, será o Terreiro do Paço, será a Torre dos Descobrimentos. Quando vamos a Coimbra é a Torre da universidade. Quando vamos à Guarda é a Sé da Guarda. Quando vamos a Seia é a Serra da Estrela. Quando vamos a Oliveira do Hospital qual é o símbolo de Oliveira do Hospital?

Meus caros amigos, é muito simples, é a Festa do Queijo! A Festa do Queijo é o nosso símbolo que nos honra e que é o grande enfoque da nossa terra e que nos honra a todos. Organizámos uma Festa do Queijo excelente, tivemos apenas um pequeno contratempo no sábado por ter chovido mas, por outro lado, é uma benesse, porque vivemos um período de seca.

Oliveira do Hospital é reconhecido a nível regional, nacional e até internacional pela sua Festa do Queijo. A Festa do Queijo é o nosso símbolo e é o nosso futuro e, por isso, faço um voto grande de reconhecimento por esta festa e por termos conseguido erguer a Festa do Queijo com a “prata da casa” e excelentemente organizada. Dou os parabéns a toda a equipa que montou esta festa e também à excelência dos custos que foram alcançados.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais, dizer ao Sr. Deputado que me antecedeu que o símbolo de Oliveira do Hospital continua a ser o Cavaleiro e não a Festa do Queijo. Acho que estamos muito bem entregues com este símbolo e deixemos essa retórica para outros fins.

Quanto aos assuntos que me trazem aqui e deixei-me, antes de mais, felicitar e juntar-me ao Voto de Louvor e Reconhecimento aos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital, por terem chegado à marca bonita e redonda dos cem anos, e agradecer-lhes, em nome do PSD, todo o empenho em prol da população ao longo destes anos.

Saudar, ainda, a equipa do Futebol Clube de Oliveira do Hospital que garantiu recentemente a manutenção na Liga 3. E, por falar no Futebol Clube de Oliveira do Hospital, gostaríamos de lançar aqui uma pergunta, Sr. Presidente. Para quando é que são criadas as condições necessárias para termos aqui finalmente o clube da nossa Cidade a jogar verdadeiramente em casa, isto é, no nosso Estádio Municipal, e não termos de ir para o concelho vizinho de Tábua? Porque não são só os jogos que não estamos a assistir é também um conjunto de atividades económicas que estamos a perder e a dinâmica própria da cidade que não está aqui a ser criada. No fundo estamos literalmente fora de jogo!

Feita esta breve referência, o que verdadeiramente me traz aqui são duas perguntas, são duas propostas e são dois alertas: Começo com uma questão, Sr. Presidente, que ficou por responder na última Assembleia, e que tem a ver com a Casa da Cultura. Como é que afinal está este processo cuja obra nunca mais vê o seu fim?

E por falar em atrasos, partilhamos daqui uma primeira ideia para o Executivo e que é a criação de uma plataforma *on line*, ou até no próprio *site* da Câmara Municipal, que permita a qualquer cidadão que tenha interesse em ter acesso a todas estas e outras informações sobre as obras municipais do nosso Concelho e das Freguesias, um portal de acesso público, onde seja possível acompanhar de uma forma clara o desenvolvimento de cada uma das fases das empreitadas nomeadamente os projetos da obra, a decisão de adjudicação, bem como os prazos de execução e o estado em que se encontra a obra. Achamos que é um exercício de informação pertinente e de transparência que os Oliveirenses merecem. Pois, sabemos como tem sido crítico, nos últimos anos, estas grandes obras no nosso Concelho das quais pouco sabemos para além dos atrasos que são visíveis como é o exemplo da Casa da Cultura.

Uma outra ideia que gostaríamos de partilhar com o Executivo é a aposta que deve ser feita, no nosso entender, na mobilidade mais sustentável. Deve passar, por exemplo, pela disponibilização de trotinetes ou até bicicletas partilhadas que permitam facilitar as deslocações em meio urbano na cidade. Aliás, achamos que seria uma ideia interessante e fácil de aproximar as pessoas, por exemplo da Catraia, Bobadela, Lajeosa, aqui ao centro urbano ou mesmo

dos parques de estacionamento que se encontram na periferia. Isto, aliado, claro está, a passeios dignos que liguem estas localidades ao centro da cidade, como aqui já defendemos no passado, nomeadamente desde a Catraia até ao centro da cidade.

Por outro lado, gostaríamos também de saber como é que está o projeto que se ia instalar em Oliveira do Hospital no setor da indústria de transformação para servir aqui o mercado ibérico, e que ouvimos da boca do Sr. Presidente em período de campanha eleitoral. Gostaríamos de saber como é que afinal estão essas negociações ou foram apenas palavras de circunstância?

Para terminar, Sr. Presidente, um reparo ao *site* da Câmara Municipal. Este não permite a sua consulta numa língua diferente do português, nomeadamente uma língua universal, o inglês, por exemplo, o que no nosso entender é essencial. Pode parecer um assunto menor mas sabemos como isso pode ser importante para empresas e turistas num mundo cada vez mais globalizado. Não podemos andar a fazer viagens a promover Oliveira do Hospital por cá para cá se instalarem e investir e, depois, não termos estes pilares básicos de visibilidade e de informação por construir.

Para além desta questão do inglês, a informação sobre as aldeias, por exemplo, já está desatualizada, reporta dados dos censos de 2011, e também os relatórios de atividades, os últimos que lá constam, são de 2015. Achamos que é um *site* pouco apelativo, desatualizado. Em suma, um mau cartão-de-visita para o Concelho.

Para terminar, Sr. Presidente, chamamos também a atenção para a falta de limpeza nas bermas das Estradas Municipais. Estamos quase a entrar na época crítica e é deveras preocupante o matagal que se faz sentir.”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Sónia Alexandra Guerra Veloso, que fez a seguinte intervenção:

“Os quarenta e oito anos da liberdade trazida pela Revolução do Cravos estão a ser comemorados pelo nosso Município com um vasto programa de iniciativas de grande qualidade, diversidade e dinamismo que vale a pena salientar. Esta data tão importante, que é um marco na nossa história, está a ser celebrada e vivida no Concelho de forma viva e participativa. Teve início no passado dia dezanove de abril e prolonga-se até ao próximo dia treze de maio, com uma panóplia de iniciativas diversificadas, culturais e cívicas, onde se destaca e relevam os espetáculos musicais, os clubes de leitura, as diversas exposições, atividades desportivas e escolares e também conferências. Este

programa alargado das cerimónias comemorativas do 25 de Abril foi amplamente divulgado nas redes sociais e na comunicação social o que permitiu a entusiasmante afluência de público. O povo saiu à rua para participar, assistir e evocar os Valores de Abril.

Neste sentido, parabenido e congratulo o Sr. Presidente da Câmara Municipal, todo o seu Executivo, colaboradores, músicos, artistas e todos os envolvidos por esta notável grandeza de programa cultural, cívico, abrangente e mobilizador que honra estes quarenta e oito anos da revolução. Também porque é de extrema importância diariamente valorizar os princípios da liberdade e da democracia comemorando e preservando os valores e as conquistas da revolução e assim celebrarmos sempre o 25 de Abril.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Ricardo Jorge Marques Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“O Concelho de Oliveira do Hospital foi sempre um concelho de homens empreendedores e empresários corajosos, que nunca tiveram medo da adversidade e de afirmar e demonstrar a qualidade do que é feito no nosso Concelho.

Quero, pois, felicitar a Município de Oliveira do Hospital, na pessoa do Sr. Presidente, pela captação de 7,5 milhões de euros, no âmbito do PRR, para transformar a Zona Industrial, numa área de localização empresarial de nova geração, moderna e com todas as condições necessárias para a instalação de novas empresas e adequar as atuais aos tempos modernos, ressalvando a instalação do 5G, pontos de carregamento de hidrogénio, ilhas de qualidade para mobilidade sustentável, criação de uma comunidade de energia renovável, com recurso à tecnologia fotovoltaica e adição de baterias para autoconsumo das empresas, e implementação de medidas ativas para prevenção e proteção contra incêndios.

É uma empreitada arrojada, nos tempos que correm, mas, com confiança no futuro, está a tornar-se uma realidade. Esta ampliação trará certamente novas empresas que permitirão que Oliveira do Hospital se continue a afirmar como um concelho industrial e competitivo, apesar da interioridade do nosso concelho, e encontrarão uma Zona Industrial mais moderna e mais atrativa para novos investimentos, com empresas mais resilientes, mais verdes e mais digitais.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Trago aqui duas ou três notas. A primeira é para agradecer a todos os que participaram e aos que não puderam participar mas que quiseram dar o seu contributo na Feira da Primavera que se realizou em Meruge e que atingiu todos os seus objetivos. Creio que foi um dia muito bonito para todos!

Dar apenas duas notas: Na iniciativa da adoção das árvores foram adotadas cento e setenta e uma árvores. O Município, através do respetivo pelouro, contribuiu com um número significativo de árvores e a Junta de Freguesia de Meruge também adquiriu alguns carvalhos e sobreiros. Foi uma iniciativa que tem pernas para andar.

Também a iniciativa que quisemos fazer no São Bartolomeu com a criação do Canteiro da Amizade e da Esperança creio que correu muito bem. Pela alegria e boa disposição com que todos estávamos creio que foi atingido o objetivo.

Quero agradecer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez que não pode estar presente mas que mandou a sua árvore.

Agradecer também ao Presidente da União de Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa que nos fez chegar uma árvore por cada uma das suas localidades o que também foi um gesto interessante.

Creio que é uma iniciativa que se vai repetir e creio que também justifica o envolvimento maior, nomeadamente a disponibilização das tendas, das árvores, etc. Creio que justifica também algum envolvimento maior do Município.

Também dar uma nota para o almoço que foi de grande requinte, como puderam comprovar os que estiveram presentes. Dar-vos ainda esta pequena nota: O almoço foi confeccionado por dois ex-alunos da EPTOLIVA, confirmando que o Ensino Profissional que ali se ministra é de grande qualidade e que forma bons profissionais.

Relativamente à iniciativa realizada no São Bartolomeu também falámos na necessidade de um projeto global para aquela área da freguesia que ardeu e que já foi um local muito frequentado por toda a gente, tinha pinheiros, como alguns se lembram, centenários, uns foram abatidos indevidamente e outros foram dizimados pelo fogo. Aquele lugar precisa de um projeto global, sendo que o terreno é da Irmandade, e a Junta de Freguesia tem necessidade de o promover e sensibilizar a Câmara Municipal para que se encontre a possibilidade de uma candidatura para aquele espaço.

Quero dar-vos mais duas notas: Uma para dizer que de facto a Feira do Queijo foi uma iniciativa de grande envolvimento, de grande participação e creio que isso também é proporcional ao investimento que se fez. Há um investimento fortíssimo na construção da feira e eu creio que há iniciativas no Concelho, e digo aqui publicamente, que merecem maior atenção da Câmara Municipal, nomeadamente a Feira do Porco e do Enchido. Creio que é uma iniciativa de grande qualidade, que prestigia muito o Concelho, que promove o Concelho numa vertente em que não há outra do género no Concelho nem na região e creio que deve merecer por parte da Câmara Municipal mais do que os sete mil euros que nos são atribuídos, e que já são importantes, e também do apoio logístico que de facto não é regateado para a montagem da feira.

Referir ainda uma preocupação que já fiz chegar também à Câmara Municipal porque ela é uma preocupação dos moradores e sendo preocupação dos moradores ela tem que ser também preocupação do Presidente da Junta. Esta preocupação é referente ao saneamento básico.

Apesar de eu ter estado algum tempo na Junta de Freguesia agora apercebo-me melhor da quantidade de sítios que ainda não têm saneamento básico e são sítios importantíssimos. Até podemos dizer que isto é uma ironia tremenda porque os sítios mais habitados da Freguesia não têm saneamento básico! É o caso da Rigueira, da Costeira, e isto é preocupante!

Já se fez chegar à Câmara Municipal um abaixo-assinado dos moradores que, muito bem, reclamaram esse direito. Eu sei que não se pode acudir a tudo ao mesmo tempo mas temos que ver a possibilidade de se fazer uma candidatura porque quase de certeza que outras freguesias terão o mesmo problema. Terá que se fazer uma candidatura que possa abranger as necessidades de Meruge e as necessidades de outras freguesias porque há fundos para isso porque eu já andei a ver.

Para terminar quero referir ainda uma nota de humor e dizer-vos que estou de acordo com a ideia das trotinetes mas as que forem para Meruge têm que ter um motor muito mais potente para subirem até lá.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Começo por felicitar os Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital pelos seus cem anos e felicitar também o Futebol Clube de Oliveira do Hospital e o Sampaense porque se mantiveram na divisão em que estavam.

Depois quero questionar o Sr. Presidente da Câmara municipal sobre alguns assuntos: Na Zona Industrial correu a céu aberto uma substancia que não se sabe qual era, tinha cor avermelhada, e não sei se a Câmara Municipal teve conhecimento e se tomou as diligências necessárias. Perdendo saber se o caso está devidamente identificado?

Sr. Presidente, ainda sobre a Zona Industrial tenho aqui algumas obras que gostava que o Senhor fizesse um ponto de situação sobre elas, nomeadamente as obras do alargamento da Zona Industrial, do Parque dos Marmelos, pelo que sabemos está concluído, há ali um senão que gostava que esclarecesse sobre o alargamento do portão para permitir a passagem das viaturas dos Bombeiros que fazem o abastecimento de água. Quando é que vai ser inaugurado, já que ele está concluído, e porque é que ainda não foi?

Depois, outra obra que também nos preocupa é a obra do Centro Histórico. Pelo que sabemos, duas partes estão quase concluídas, uma terceira está em andamento, e a última, esta em frente à Câmara, não foi ainda começada. Gostava que o Sr. Presidente também esclarecesse quando é que tencionam iniciar as obras, qual é que é o prazo de conclusão das que já estão em execução e desta que ainda falta começar?

Depois, falou-se há uns tempos na requalificação do Açude da Ribeira no Ervedal. Gostava de saber como é que está essa obra?

Depois, também uma obra muito falada há uns tempos, a estrada do Chão Sobral em direção à Quinta das Tapadas. Saber se já iniciou ou vai iniciar. Como é que estão essas obras?"

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Primeiras questões, e antes de entrar naquela que seria a parte de fundo da minha intervenção: A primeira delas, devo dizer-vos que, para qualquer Oliveirense que esteja menos atento ao bom trabalho do Executivo Municipal, bastaria estar a ouvir aqui as intervenções dos Deputados do PSD nesta Assembleia para perceber que efetivamente esta Câmara Municipal faz obra. É bom que haja neste momento cerca de doze milhões de euros de obras adjudicadas e em execução, nomeadamente para que os Senhores Deputados do PSD cá possam vir perguntar qual é o estado de cada uma delas porque se não houvessem obras em execução não haveria tema mas felizmente que há doze milhões de euros de obras em execução. É importante! Têm atrasos? Têm imponderáveis? Tem cada uma delas as suas próprias questões? Têm!

Os Senhores Deputados que estão especialmente vocacionados para a área da engenharia, e são alguns, nomeadamente na bancada do PSD, deveriam sabe-lo melhor do que ninguém, mas de facto é bom que existam essas obras porque assim temos assunto de pergunta.

Segunda questão: Saúdo a intervenção do Sr. Deputado Rafael Costa neste púlpito por uma pequena razão. Pela primeira vez consegui ouvir um Deputado Municipal do PSD fazer um reconhecimento público à importância do apoio da Câmara Municipal ao desporto em Oliveira do Hospital. A preocupação do Sr. Deputado Rafael Costa, que eu partilho integralmente, relativamente à possibilidade do Futebol Clube de Oliveira do Hospital passar a jogar na Liga-3 em Oliveira do Hospital é obviamente relevante, é merecedora desta minha atenção e, mais uma vez digo, pela primeira vez aqui foi reconhecido por um Deputado do PSD a importância do apoio da Câmara Municipal ao desporto e porquê? Porque se isso não acontecesse não se estava a pedir à Câmara Municipal que crie as condições para que isso aconteça. Mas, lembro-vos que, infelizmente, essas condições não estão criadas e não temos as infraestruturas que permitam ao Futebol Clube de Oliveira do Hospital, à Associação Desportiva de Lagares da Beira, à Associação Desportiva Nogueirense ou a qualquer outro clube de futebol que participe nos campeonatos nacionais e que possa eventualmente vir a participar na Liga-3, nós não temos as condições para que aqui se façam porque em seu devido tempo não foram criadas essas infraestruturas. Infelizmente, nós, quando comparados com a generalidade dos concelhos, e eu não diria do Distrito ou da Região digo do País, e no que toca às infraestruturas desportivas, estamos muito atrasados e porquê? Porque esses concelhos tiveram a capacidade de, quando havia participações financeiras de mais de 85 % para a realização dessas obras, tiveram capacidade de se candidatar a elas, de as projetar, de ganhar as participações e de as executar e, aqui, não aconteceu.

Meus Senhores, devo dizer, há mais de doze anos que não acontece essa possibilidade de participação de 85 % nas infraestruturas desportivas, e esta é uma grande questão.

Depois, dizer claramente que fico muito feliz com esta saudação, este voto ao Futebol Clube de Oliveira do Hospital pela manutenção na Liga-3, estendo também esse voto ao Sampaense pela manutenção na Proliga, extremamente importante e difícil, mas também temos que estender a todos os outros que praticam desporto neste Concelho, à Associação Desportiva de Lagares da Beira que há bem pouco tempo, no Campeonato Distrital de

Coimbra na divisão de honra, estava em primeiro lugar e se mantém na luta pela subida ao Campeonato de Portugal, à Associação Desportiva Nogueirense que, apesar de estar a lutar na fase de descida, à partida, já conseguiu evitar que isso aconteça e se vai manter também na divisão de honra da Associação de Futebol de Coimbra. Mas também há mais: Ao Hóquei em Patins do Futebol Clube de Oliveira do Hospital, ao Clube de Ginástica, ao Seixo da Beira e a todos aqueles clubes que fazem parte e que participam no Inatel, todos eles são importantes e merecem esse voto de reconhecimento e louvor e eu aqui o faço alargando o voto que o Sr. Deputado Rafael Costa fez.

Finalmente, quero dirigir-me ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e ao Executivo Municipal para os parabenizar, e não é hábito eu fazer isto mas quero parabenizar o Executivo Municipal, na pessoa do Sr. Presidente e de todos os Vereadores, por aquilo que tem sido a resposta relativamente à questão dos refugiados da guerra da Ucrânia. Todos sabemos do flagelo que infelizmente ocorre a leste, todos sabemos dos milhões de deslocados. Desses milhões de deslocados vinte pessoas, sobretudo mulheres e crianças, estão no nosso Concelho. Desde o primeiro momento que a Câmara Municipal, e não apenas a Câmara Municipal, algumas Juntas de Freguesias nomeadamente Travanca de Lagos, diversas instituições, sejam elas públicas ou privadas, desde o IFP, desde a Segurança Social, desde o Centro de Saúde, etc, se têm mobilizado no sentido de garantir a estas pessoas um acolhimento, um alojamento, as condições mínimas de sobrevivência e sobretudo garantir a sua progressiva integração, seja ela na comunidade, seja ela na escola, seja ela no trabalho. É importante percebermos que efetivamente desde a primeira hora a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, através do seu Executivo, os funcionários que estão afetos a essa natureza, sejam eles da área social, seja até da área educacional, têm que merecer o nosso reconhecimento, o meu merecem-no e estou em crer que o vosso também merecerão. Parabéns, Sr. Presidente! Parabéns, ao Executivo Municipal! Parabéns a todos aqueles que, por mínima que seja a sua participação, ajudam ao acolhimento, ao alojamento e à integração daqueles que infelizmente não se podem manter nas suas casas, nas suas cidades e no seu País.”

De seguida, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sra. Cátia Sofia da Cruz Alves, que fez a seguinte intervenção:

“A intervenção que me faz vir aqui, hoje, advém de uma preocupação conjunta, de toda a comunidade alvocense. Deve-se porque Alvôco das Várzeas, não pode ser vista apenas durante a época balnear, mas sim durante todo o ano.

Alvôco, tem um problema estrutural, um problema de baixa densidade populacional, pois, como sabem, das Freguesias que constituem o Concelho, é aquela que tem menos habitantes, menos eleitores. Neste sentido, é necessário que haja um esforço redobrado por parte de todos os intervenientes autárquicos para combater este êxodo rural e, conseguirmos, unidos, de alguma forma, captar e fixar pessoas para a minha terra.

Porque se é verdade que o Espaço Coworking tornou-se um instrumento válido para esta estratégia também é verdade que a distância que nos liga à cidade de Oliveira do Hospital e a pouca oferta habitacional que temos para apresentar causam dificuldades pada qualquer que seja o incentivo como, por exemplo, frequentar o nosso espaço de Coworking.

É importante que debatamos este tema no nosso território pois este é verdadeiramente um problema que nos tem de preocupar a todos. Precisamos de pessoas. Precisamos de serviços nas Freguesias. Não podemos cair na tentação de centralizar tudo somente na cidade pois se queremos um Município na linha da frente temos de apostar e dar vida às nossas aldeias. Vida que vem com pessoas, com serviços, com oferta e com conforto. Portanto, deixo este ponto bem patente e que sinceramente gostava que fosse mais vezes discutido neste espaço.

No seguimento, queria também perguntar ao Executivo Camarário se há novidades naquilo que concerne à proposta da ARS-Centro sobre o médico para o Posto Médico de Alvôco das Várzeas, afirmando também, que a Junta de Freguesia tem aquilo que acredita que poderá ser uma solução para este problema que queremos ver e resolver o mais rapidamente possível.

Termino, perguntando, em relação ao Caminho das Eiras, se já há data de começo da intervenção, já que, havendo orçamento e projeto, é importante que este seja materializado antes que aconteça algo que possa lesar a nossa população.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, José Ferreira da Cruz Loureiro, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dar os parabéns à Câmara Municipal e a toda a equipa técnica pelo contributo para que a Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas volte a hastear pelo nono ano consecutivo o principal símbolo de qualidade balnear, Bandeira

Azul. A Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas, banhada pelo rio Alvôco, integra a Rede das Aldeias de Montanha e as Aldeias de Xisto. É um orgulho para todos nós termos Alvôco das Várzeas nas listas das praias do País com Bandeira Azul. É assim que se dinamizam as nossas aldeias e o nosso turismo. Obrigado, a toda a equipa técnica!

Também quero aqui propor um Voto de Louvor ao Doutor Fernando Morais, médico que trabalhou cerca de quarenta anos para o Serviço Nacional de Saúde. Quero propor um Voto de Louvor ao Doutor Fernando Morais pelo bom trabalho que fez nestes cerca de quarenta anos para o Serviço Nacional de Saúde.”

Efetuada a votação, o Voto de Louvor ao Doutor Fernando Morais pelo bom trabalho que fez nestes cerca de quarenta anos para o Serviço Nacional de Saúde, foi aprovado por unanimidade.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“O que me traz aqui, hoje, é uma referência que já alguém fez, e muito bem, quanto à questão das comemorações do 25 de Abril.

Não vou repetir o que foi dito, e que foi bem dito, quanto ao programa que a Câmara Municipal pôs em prática para as comemorações do 25 de Abril.

O 25 de Abril, toda a gente sabe o que foi, o que é que significou para os Portugueses. Foi a liberdade que o povo conquistou a partir daquele dia e que nos trouxe a vantagem de podermos decidir democraticamente e em liberdade aquilo que todos nós, o coletivo dos Portugueses, decidimos a cada momento para o nosso País. Vivemos há quarenta e oito anos num País livre e democrático coisa que infelizmente não acontece em muitos países. E não acontece numa democracia mais recente, que tem cerca de vinte anos, num País Europeu que está a ser brutalmente agredido e invadido por uma oligarquia e uma ditadura que já não se aceita nos tempos que correm, em pleno século XXI, e que está a sujeitar aquele País à ausência da liberdade, está a provocar um sofrimento terrível e que já não se vê há muito tempo uma guerra em todo o mundo e está pura e simplesmente a querer aniquilar um País e um Povo.

Nós somos Portugueses, estamos habituados a viver em liberdade há quarenta e oito anos, prezamos muito o que é ser livre, e aquele povo Ucrainiano era um povo livre também e aquele País era um País livre e queria, na sua

democracia recente, decidir aquilo que queriam de melhor para eles, mas houve alguém e há alguém que lhes quer negar essa liberdade e essa possibilidade de continuar a ser um povo livre.

A Ucrânia é um País que já deu sinais que queria aproximar-se dos Países livres e democráticos da Europa, mas há alguém que não quer permitir, por variadíssimas razões e que penso que todos nós saberemos, e é por isso que eu quero aqui apresentar nesta Assembleia Municipal uma proposta de Voto de Repúdio. Um voto de repúdio a isto que está a acontecer em pleno século XXI e que todos nós diariamente assistimos ao sofrimento daquele povo.

A proposta do Voto de Repúdio à invasão da Ucrânia é a seguinte, e que passo a ler: *“Voto de Repúdio à invasão da Ucrânia - Em vinte e quatro de fevereiro a Rússia e o Sr. Putin resolveram invadir um País soberano, de gente livre e com um governo eleito democraticamente, com a principal razão de que iriam libertar os Ucrânios. O que temos assistido nestes mais de dois meses de guerra e sofrimento de grande parte da população civil, particularmente de idosos, mulheres e crianças, é a destruição pura e simples de infraestruturas básicas daquele País. O que se pretende, por parte da Rússia, é o coartar da liberdade daquele povo poder decidir livremente o seu futuro e evitar que se juntem à Europa livre e democrática.*

Assim, proponho a esta Assembleia Municipal um voto de repúdio pela invasão da Ucrânia por parte da Rússia e do Sr. Putin.””

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em regime de substituição, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Voto de Repúdio, não encontro no Regimento desta Assembleia Municipal mas poderá ser um Voto de Protesto.

Coloco a proposta do Voto de Protesto à discussão da Assembleia Municipal.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Creio que se tivesse que haver aqui um voto de repúdio era pela ignorância do Senhor Deputado que nem sequer conhece o Regimento da Assembleia Municipal. Portanto, acho que está tudo dito!

Quero só acrescentar o seguinte: Os Senhores viram a forma como o Senhor Deputado leu isto com raiva e parece que se estava a dirigir a mim.

Não! Eu não sou nem “Putinista”, nem Russo! Sou comunista, com muita honra, com muito orgulho, e desde sempre!

Eu tenho direito à defesa e se não me deixar falar eu tenho outros métodos para me fazer ouvir.

A ignorância vai ao ponto de não saber que há dois meses este Governo tão democrático proibiu os partidos, inclusive um partido que é filiado no Partido Social Europeu, que tem deputados eleitos. Afinal, onde é que está a democracia? Eu não falo já na proibição do Partido Comunista a seguir a 2014, e que tinha 30 % da votação nas eleições livres na Ucrânia.

Se estamos num País tão livre, o Senhor Presidente da Mesa não me pode coartar o direito de eu me defender e de dizer aquilo que penso.

Essa propaganda que fazem aí não tem a ver com a realidade porque a guerra não começou em 24 de fevereiro a guerra começou em 2014.”

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em regime de substituição, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Esta Assembleia já entendeu aquilo que queria dizer. Agradecia que terminasse imediatamente a sua intervenção.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Em nome do PSD quero também dizer aqui o seguinte: Nós estamos solidários com a proposta, independentemente do nome da mesma, porque o conteúdo está lá.

O que nós achamos, também, é que este tipo de questões, mais nacionais e que dizem pouco aos Oliveirenses, devem ser tratadas nos locais específicos. Podemos apelar, aqui, a questões nacionais mas acho que verdadeiramente perder tempo com isto, não traz muito. É apenas a minha opinião!”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Vou começar a minha intervenção fazendo referência ao que o Deputado Rafael Sousa Costa disse: Esta é a casa da democracia, da causa pública, da humanidade, do humanismo. O que assistimos, todos os dias, desde há dois meses, é o extermínio de um povo que luta corajosamente pela tua liberdade e pela minha.

Naturalmente que estou solidário e que votaria esta proposta trezentas vezes.

Em relação ao que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge veio aqui dizer, quero referir o seguinte: A imagem mais clara é a da Câmara Municipal de Setúbal ...”

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em regime de substituição, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Terminadas as intervenções, vou colocar à votação a proposta de Voto de Protesto à invasão da Ucrânia apresentada pelo Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia.”

Efetuada a votação, o Voto de Protesto à invasão da Ucrânia foi aprovado por maioria, com um voto contra e quatro abstenções.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Sebastião Pedro Borges Damas Barbosa, que fez a seguinte declaração de voto:

“Voto a favor neste Voto de Protesto porque repudio efetivamente a invasão da Rússia à Ucrânia e a invasão de um povo sobre outro mas sem nunca deixar de sublinhar que, num conflito armado, não há um lado bom e um lado mau. Num conflito armado “a culpa nunca morre solteira” e, este, é um desses casos e é bom que se assinale aqui que a situação e o contexto político Ucrâniano estão longe de ser democráticos, como muita gente tenta fazer passar na praça pública.

Quanto ao que o Sr. Deputado Rafael Sousa Costa disse: Por amor de Deus, questões nacionais não fazem sentido em Oliveira do Hospital? Tenha juízo!”

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em regime de substituição, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Terminadas as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia passo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Rolo, para responder às questões colocadas pelos Sr. Deputados Municipais.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Começar por agradecer a compreensão da Mesa da Assembleia Municipal relativamente à minha participação, a convite da CCDR, nas duas Sessões de discussão do Programa Regional do Ordenamento do Território (PROT), uma Sessão em Leiria e outra na Covilhã. Estive durante a manhã na Sessão na Covilhã onde tive uma participação e onde curiosamente falámos de muitos dos problemas que foram aqui tratados. Um deles, o maior problema, o maior deficit da região, a demografia, a falta de pessoas na zona da raia, a falta de pessoas em sentido geral em toda a Região Centro, com baixa natalidade, com elevados níveis de dependência demográfica. Ou seja, muitas pessoas com mais de sessenta e cinco anos e os problemas que isso tem na sustentabilidade do território, nomeadamente em mão-de-obra, população ativa, os dependentes e quem cuida deles. Ou seja, o problema era pessoas, habitação e, naturalmente, emprego e empresas. Esses foram os tópicos associados aos habituais, à necessidade de captação de investimento e dos instrumentos para incentivo ao investimento, a questão tributária, etc, etc.

Agradecer a compreensão da Mesa da Assembleia Municipal porque também tive a oportunidade de partilhar a visão do interior, da região e, naturalmente, alicerçado na experiência de Oliveira do Hospital, onde juntamente com o Fundão representámos o interior. Vagos e Leiria representaram o litoral neste lançamento do debate alargado de auscultação para a elaboração desse documento estratégico que é o PROT-Centro que irá estruturar o próximo período de programação de Fundos Comunitários.

Depois desta introdução em jeito de agradecimento à tolerância da Mesa da Assembleia Municipal e dos Srs. Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia naturalmente que quero acompanhar os votos de congratulação e elogio pelos cem anos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital. Cem anos, é um século, é uma marca, é uma referência.

Naturalmente, também quero acompanhar os votos de reconhecimento pelo grande desempenho dos Clubes Desportivos do Concelho de Oliveira do Hospital nas modalidades com maior expansão e participação do público e nas outras que têm menos participação do público. Oliveira do Hospital tem uma grande oferta desportiva, é um Concelho de grande ecletismos desportivo, as pessoas participam, os clubes, felizmente, têm formação e têm competição, as comunidades movimentam-se e mobilizam-se, há dirigentes empenhados, há

atletas que vestem a camisola e este ano Oliveira do Hospital teve um bom desempenho, foi no futebol, foi no basquete, foi no hóquei em patins, etc, etc, e também devo dizer-lhe em abono da verdade, porque todos vós sois testemunhas disso, o Município de Oliveira do Hospital tem estado sempre ao lado dos clubes, em qualquer modalidade desportiva, ajudando, apoiando e apoiando também financeiramente e, todos vocês, aquando da prestação de contas, percebem a dimensão do investimento que o Município de Oliveira do Hospital faz em termos de formação e em termos de competição desportiva no Concelho de Oliveira do Hospital nas várias modalidades. Com isso nos devemos congratular todos. Estamos num Município que tem capacidade financeira para apoiar e dar sustentabilidade a um conjunto de modalidades desportivas.

Naturalmente que também não posso deixar de referir, todos nós gostamos de Oliveira do Hospital e cada um olha para Oliveira do Hospital à sua maneira, e isso é normal porque cada um tem a sua perspetiva mas acredito que todos gostamos de Oliveira do Hospital, gostamos de ver brilhar Oliveira do Hospital, gostamos de ver brilhar os cidadãos do Concelho de Oliveira do Hospital. Portanto, não podia deixar de me associar ao Voto de Reconhecimento e Congratulação, que na Câmara Municipal, ontem, foi um Voto de Louvor, ao João Pedro Caseiro, que é de Lagares da Beira mas é do Concelho de Oliveira do Hospital, à Sofia Campos, que é de Lagares da Beira mas também é de Oliveira do Hospital, por fazerem parte, um como Presidente e outro como Membro da Direção Geral, da Associação Académica de Coimbra. É gente que valoriza, representa e projeta bem o nosso Concelho. Não posso também deixar de fazer referência à Beatriz Anselmo e também tenho que fazer referência a um colega dos Srs. Deputados Municipais e dos Srs. Presidentes de Junta nesta Assembleia, o Rodrigo Marques, que é Membro desta Assembleia. O Rodrigo Marques é também administrador da Associação Académica de Coimbra. Portanto, temos quatro Oliveirenses que se projetam e que participam na Associação Académica de maior representatividade, maior dinamismo e maior dimensão a nível nacional. Aproveito para partilhar convosco que liguei ao João Pedro Caseiro, ao Sr. Presidente Eleito da Direção Geral da Associação Académica de Coimbra, para lhe dar os parabéns e dizer-lhe que nos orgulha a todos e também para o convidar a reunir com o Executivo, uma vez que ele representa e preside à maior Associação Académica do País, em parceria com a Direção da ESTGOH, porque também felizmente temos Ensino Superior em Oliveira do Hospital e que temos que acarinhar e que temos de estimular, para fazermos um encontro conjunto para debatermos e ouvirmos aquilo que é a

versão, a visão, a perspetiva dos estudantes relativamente ao Ensino Superior a nível nacional e na perspetiva da Associação Académica de Coimbra mas também a nível regional pela perspetiva da ESTGOH. Portanto, acompanho-vos nesse Voto de Congratulação e Reconhecimento.

Relativamente à Feira do Queijo: É evidente que a Feira do Queijo foi um sucesso. Chegou um estudo da Cision, uma empresa altamente qualificada que faz a avaliação e monitorização do impacto mediático de grandes eventos nacionais e internacionais, que fez a avaliação do impacto mediático e de notoriedade da Festa do Queijo Serra da Estrela.

A Festa do Queijo Serra da Estrela foi um sucesso e acho que nos devemos todos regozijar com o sucesso da Festa do Queijo Serra da Estrela de Oliveira do Hospital. Garanto-vos que o sucesso não é da Câmara Municipal, o sucesso não é do Executivo, o sucesso é de quem faz acontecer, é de quem cria, quem produz, quem gera riqueza em Oliveira do Hospital. O sucesso da feira é feito pelos produtores e pelos criadores que têm um produto de excelência, o sucesso da feira é feito pelo conjunto de expositores, o sucesso da feira é feito pelos visitantes que a procuram crescentemente todos os anos. Foi um passo arriscado que fizemos quando resolvemos avançar com a feira mas fizemo-lo com coragem e determinação, sabíamos os riscos, e até poderia correr mal, mas, a final, correu bem, correu muito bem, e todos estes dados que a Cision nos traz mostram que a feira foi um grande sucesso em termos mediáticos, em termos de notoriedade e de impacto de Oliveira do Hospital no espetro mediático a nível nacional. Portanto, congratulemo-nos com essa evidência.

Sobre obras e o ponto de situação de algumas obras, quero dizer o seguinte ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Costa: Eu já lhe tinha explicado na última Sessão da Assembleia Municipal, porque me abordou no final, que eu me esqueci e disse-lhe que se me tivesse feito sinal eu ter-lhe-ia dado a resposta mas o Sr. Deputado aproveitou o balanço, e fez bem, afinal é político e veio outra vez à liça com o tema. No final da última reunião, o Sr. Deputado questiono-me e de facto eu esqueci-me, e assumi o erro, mas bastava ter-me feito sinal e eu ter-lhe-ia respondido aquilo que lhe vou responder: Relativamente à obra da Casa da Cultura estamos neste momento em negociações com os dois empreiteiros para resolver o problema. Aliás, é o tema que nos tem ocupado desde que tomámos posse, é um dos temas fortes que nos tem ocupado.

Dizer-lhe que fizemos uma primeira abordagem para uma solução que queríamos implementar até ao final do ano e neste momento estamos em

negociações porque não queremos conflitos, queremos diálogo para resolver o problema, salvaguardando a legalidade e, o mais importante a seguir à legalidade, é que aquele equipamento cultural fica ao serviço da cidade, fica ao serviço da região e que crie centralidade e competitividade à cidade de Oliveira do Hospital no contexto da região. É isso que nós queremos. Não temos intenção nenhuma de sonegar informação ou o que quer que seja.

O Eng.º Rafael quer aquela obra concluída amanhã e eu queria-a concluída em dezembro e, nisso, estamos imbuídos do mesmo espírito.

Estamos a trabalhar empenhadamente para, com os dois empreiteiros envolvidos no processo, encontrar uma solução legal, uma solução negociada, para que possamos concluir aquele equipamento e pô-lo ao serviço da cidade e pô-lo ao serviço da região. É esse o nosso empenho.

Agora, sobre a questão dos atrasos das obras: Eu não quero acreditar que as pessoas não saibam o que se passa! O Sr. Deputado João Brito falou em atrasos de obras e o Sr. Deputado João Brito é Engenheiro Civil e sabe o que é que acontece no País neste momento! Nós temos algumas obras atrasadas mas elas estão todas a andar. Tenho aqui uma notícia do Jornal As Beiras que diz que um empreiteiro, em Coimbra, desistiu da reabilitação do Bairro da Fonte do Castanheiro, um investimento de quatro milhões e meio de euros. O empreiteiro abandonou a obra e porquê? Porque neste momento é inevitável aquilo que todos nós sabemos. Há uma escalada de preços, há uma escalada inflacionista, e neste momento há empreiteiros que se recusam a dar continuidade às obras.

Nós temos a obra do Centro Histórico a andar, temos a obra da Zona Industrial a andar e, relativamente à questão que me foi colocada, o Lote A, a breve trecho, vai ser feito o auto de consignação assim como já reunimos para tratar do arranque da obra do Chão Sobral/Quinta da Tapada.

Agora, é preciso saber avaliar! Todos nós sabemos o contexto em que estamos, os combustíveis, os materiais, está tudo a disparar os custos. Neste momento não há uma estabilização de valores. Nós temos que avançar com os pés bem seguros e bem assentes no chão. Ninguém, aqui, quer fazer perigar a condição económica e financeira do Município, e nós temos vários desafios pela frente, e o ano de 2022, fruto daquilo que todos os dias é debatido na Comunicação Social: A questão da escalada de preços, o custo das matérias-primas, a falta de mão-de-obra, que não é de agora porque já vem detrás. Tudo isto está a implicar nas obras ao ponto de haver abandono de obras e situações de Câmaras que metem empreiteiros em tribunal por abandono de obras e, ao contrário, por outras razões.

Todas as nossas obras estão a andar. Por exemplo, a obra do Açude, que referiu, a construção da estrutura estava a andar e para a semana vão arrancar com os trabalhos de instalação das sapatas para assentar a estrutura. Na próxima semana vai haver uma reunião com a equipa técnica para precisamente afinar pormenores para fazer avançar a obra.

Agora, temos que ter, aqui, um trabalho de grande agilidade na relação entre o dono da obra e as empresas para que as obras andem, cumpram prazos, para que garantam a obtenção de financiamento e que os custos não disparem.

Estou a gerir recursos públicos e tenho que ser ponderado e tenho que garantir o bom andamento e a boa execução das obras mas também tenho que ter cuidado com algumas propostas de revisão de preços e tenho que as por à apreciação da equipa técnica. Isso parece-me evidente!

As obras vão avançando e relativamente à questão colocada sobre a obra do Lote A do Centro Histórico, Largo Conselheiro Cabral Metello, a obra, se não houver prorrogação do Quadro Comunitário de Apoio, vai ter que estar concluída em julho de 2023. Portanto, a obra está dentro do prazo. Todas estas questões, como têm financiamento comunitário, têm sido dialogadas e têm sido acompanhadas pela autoridade de gestão, a CCDR.

Relativamente à questão do Estádio: O Eng.º Rafael diz que estamos fora de jogo.

Eng.º Rafael, nós não estamos fora de jogo, nós estamos sempre a jogar em casa. O Eng.º Rafael é que está sempre fora de jogo porque eu nunca o vi, em jogo nenhum, a ver o Oliveira, nem em Oliveira, nem em Tábua. Por isso é que vai muitas vezes ao *site* à procura de informação. Não podendo estar de forma presencial, está *on-line*, e também é uma forma de estar. Aliás, a pandemia proporcionou-nos essa forma. Mas, o Eng.º Rafael, tem razão, porque o *site* está desatualizado e é por isso que o mandámos reformular. Digo ainda ao Eng.º Rafael que gostei de o ouvir porque até corrobora a tese dominante no Executivo de que o *site* deve ser bilingue. O *site* está em processo de reformulação dos conteúdos, na funcionalidade, na acessibilidade e também no uso da língua inglesa. É por aí que caminhamos e fica aqui assumido.

Relativamente ao Estádio de Oliveira do Hospital é preciso ficar assente que o Município de Oliveira do Hospital tem um contrato programa aprovado pelo Governo de setecentos e quarenta e quatro mil e quarenta e oito euros para remodelar o Estádio Municipal e neste momento temos um projeto, na ordem dos oitocentos mil euros, mais IVA, para dialogar com a entidade beneficiária do Estádio Municipal, entenda-se Futebol Clube de Oliveira do Hospital, para

que o mais rapidamente e assim que estiverem reunidas as condições arrancarmos com a obra de remodelação do Estádio Municipal. E, mais uma vez, está fora de jogo, porque o Estádio Municipal não é só para competição. E as cerca de duzentas crianças que lá estão em formação? É preciso encontrar solução para aquelas crianças e famílias que utilizam o Estádio. Portanto, isto não é uma engenharia simples. O caminho é fazer o investimento na modernização do Estádio Municipal e arranjar uma solução para a formação das cerca de duzentas crianças que lá estão em formação desportiva e, isto, pesa nas nossas opções e pesa naturalmente nas nossas decisões.

Agora, para que fique claro, temos um contrato programa com o Governo para remodelar o Estádio, no valor de setecentos e quarenta e quatro mil euros, e, temos um projeto, acima de oitocentos mil euros. Portanto, o diferencial terá que ser assumido pelo Município de Oliveira do Hospital que, pelas contas que têm aí na vossa mão, e dada a condição financeira, permite-lhe suportar o diferencial, e, isto, é muito importante. Temos a noção que temos que alocar recursos financeiros do Município para criar infraestruturas desportivas.

Relativamente à limpeza: Temos neste momento três tratores limpa bermas e corta sebes ao serviço. Ainda hoje começaram os trabalhos na estrada Seixo da Beira/Felgueira Velha. Estes três tratores limpa bermas e corta sebes estão a trabalhar de forma sequencial em trabalho planeado e coordenado pelo Gabinete Técnico Florestal e pela Proteção Civil. A planificação está feita e está a ser executada e lembro-me de outro tempo em que não tínhamos os meios suficientes e tivemos que contratar serviços externos.

Portanto, neste momento, o trabalho está a fazer-se, mas não se pode fazer tudo ao mesmo tempo. Toda a maquinaria está ao serviço a fazer trabalho sequencial e a percorrer as Freguesias, limpando bermas e protegendo os aglomerados populacionais, com planeamento, e não foi o Presidente da Câmara que fez o planeamento. O planeamento foi avaliado de acordo com o risco e com uma sequência do trabalho que teve que ser programado, planeado e conduzido.

Relativamente às questões da mobilidade partilhada: O Município de Oliveira do Hospital, neste momento, no âmbito do programa 360, que é um programa no âmbito do PRR, temos em conclusão o nosso plano de mobilidade sustentável e estamos neste momento a fazer duas candidaturas para ir ao encontro de alguns desígnios que aqui foram apresentados.

Portanto, estamos a fazer o nosso trabalho, seja na área da mobilidade sustentável, seja no domínio das ciclovias, seja nas ruas mais acessíveis para

todos, remodelação de ruas com barreiras arquitetónicas, etc, etc, e, mais uma vez, com planeamento, o que nos obriga a ter um plano estratégico neste domínio, e, depois, com projetos de execução que, há medida que vão sendo concluídos, têm que ser todos compactados e organizados sob a forma de candidatura ao PRR, e temos a expectativa que a candidatura seja aprovada como foi aprovada a candidatura para a área de acolhimento empresarial de nova geração no valor de sete milhões e meio.

Depois, isto é curioso, porque o Sr. Deputado Ricardo Figueiredo afirma que vamos qualificar o investimento empresarial com sete milhões e meio de euros através do PRR e, depois, outros dizem que não fazemos nada. Eu não percebo!

Acho que era importante avaliarmos a informação e, isto, é do domínio público, os contratos estão assinados. Uns dizem que não é feito nada na área de atração de novas empresas e na área do investimento empresarial e depois vem outro Deputado e congratula-se pelo investimento de sete milhões e meio na Zona Industrial.

Relativamente à questão colocada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, dizer o seguinte: De facto importa requalificar, do ponto de vista ambiental e também do ponto de vista da Arquitetura Paisagística, o Parque de São Bartolomeu, e tem no Município de Oliveira do Hospital um parceiro para irmos à procura de uma fonte de financiamento para reabilitar o Parque de São Bartolomeu. Assim como precisamos de reabilitar o Parque da Nossa Senhora da Estrela que também ficou muito desbastado pelos incêndios de 2017.

Temos é que estar atentos aos programas que vão saindo, temos que ter a máquina toda treinada, já reforçámos a Equipa das Candidaturas aos Fundos Comunitários da Câmara Municipal. Nós estamos a correr em várias pistas para apresentar candidaturas e temos as equipas todas mobilizadas a estudar, a avaliar, a orçamentar. Há um problema que é a orçamentação porque no início da candidatura o preço estimado tem um valor e quando chegamos ao final para formalizar a candidatura os preços já estão desajustados. Isto é uma realidade com a qual temos que nos confrontar.

Relativamente à questão que colocou sobre o saneamento na Quinta da Rigueira, como sabem, há um contrato de gestão delegada e há a concessão das Águas e saneamento no domínio das Águas Públicas da Serra da Estrela e todos os pedidos que chegam à Câmara Municipal relativos à extensão de rede água ou extensão de rede de saneamento são remetidos para as Águas Públicas da

Serra da Estrela e naturalmente a Câmara Municipal junto das Águas Públicas da Serra da Estrela terá que encetar o seu processo negocial para que elas entrem em plano de investimento para que possam ser candidatas ou possam ser assumidas pela empresa que tem a concessão da extensão dessa mesma rede.

Foi também colocada uma questão sobre uma situação de esgotos a correr em céu aberto na Zona Industrial: Com seriedade, com sentido de responsabilidade, foi-se imediatamente ao local. Esteve presente o Sr. Vice-Presidente, que é responsável pelo Pelouro do Ambiente, fez-se acompanhar dos serviços da Câmara Municipal, foi convocada as Águas Públicas da Serra da Estrela, avaliou-se a situação e já estão a ser feitos trabalhos de correção, desmatção, limpeza, o que implicará algumas intervenções. Naturalmente que teremos de fazer algo do lado do eventual poluidor. Portanto, a situação foi sinalizada, foi feito o trabalho, as pessoas foram ao local. Acho que a Câmara Municipal respondeu logo de imediato e, se tivermos que fazer investimento, ele far-se-á, se tiver que haver medidas corretivas da parte do foco poluidor naturalmente que terão de ser feitas. Nós não temos receio de falar com as pessoas, de as sensibilizar, e pedagogicamente as alertar para os problemas. É esse o papel de um autarca e não é estar em guerra com ninguém. É trabalhar em conjunto com as pessoas para resolver os problemas. Contem connosco para trabalhar nessa metodologia.

Sobre a abordagem feita pelo Sr. Deputado Rui Monteiro, relativamente ao acolhimento de famílias Ucrânianas, só quero dizer o seguinte: Quero agradecer a todos os cidadãos de Oliveira do Hospital e, mais uma vez, Oliveira do Hospital se assumiu como um Concelho solidário, com cidadãos solidários e humanistas que cederam habitações a título gracioso para acolher famílias temporariamente. Recebemos mais de vinte cidadãos que estiveram no Centro de Acolhimento de Travanca de Lagos. Quero agradecer à Junta de Freguesia de Travanca de Lagos pelo acompanhamento que fez, agradecer aos funcionários do Município o acompanhamento permanente que foi feito, agradecer o trabalho de acompanhamento permanente do Gabinete de Ação Social e Saúde do Município, agradecer à Sra. Vereadora Graça Silva, agradecer o empenho do Sr. Vice-Presidente Nuno Oliveira em acompanhar junto da Fundação do Benfica e lhes proporcionar um momento de descontração. Nós queremos acolher estas pessoas com humanismo e dignidade e queremos também que as pessoas passem ao passo seguinte, que é a integração profissional e, para isso, trabalhamos rápido com a EPTOLIVA e com o IEF, e agradecer a disponibilidade da EPTOLIVA e do IEF, para rapidamente ser administrada a

aprendizagem da língua de acolhimento, nestes caso o português, para rapidamente as pessoas serem integradas no mercado de trabalho. Também agradecer ao Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital porque as primeiras crianças foram logo acolhidas no Centro Escolar de Nogueira do Cravo. Portanto, houve um trabalho rápido, eficaz e de rede que resultou no bom acolhimento destas pessoas. Qual é a expectativa? Que os adultos com currículo, com vontade de ficar em Oliveira do Hospital, e assim que dominem a língua portuguesa, e em articulação com o IEFP, possam ser integrados. Ofertas de trabalho, há. Mecanismos para a integração também há, inclusivamente com ajudas do Estado. Portanto, se precisamos de mão-de-obra, tudo faremos para as integrar mas obviamente que temos de fazer um trabalho de pedagogia porque são pessoas que vêm de meios urbanos, algumas delas vêm com stress porque passaram por processos difíceis nas áreas onde havia guerra. Tem que haver um acompanhamento muito cuidado com estas pessoas.

Também vos digo o seguinte: A sensação que tenho, e coloquem-se do lado deles, a maior parte quer voltar à sua terra natal, e todos nós temos emigrantes nas nossas famílias e todos eles tiveram sempre vontade de voltar. Aqueles que quiserem ficar em Oliveira do Hospital, aqui, será a terra deles e serão tratados como cidadãos de primeira e isso é factual.

Agora, porque se falou aqui em guerra, e eu sempre o disse em vários momentos e vou dizer-lo, aqui, também. Quero manifestar a minha solidariedade com aqueles que sofrem com a guerra da Ucrânia e, a partir daqui e com a força que tenho, e dizer isto de forma clara: Que sejam abertos os corredores humanitários para que se possa cuidar e salvar pessoas, crianças, idosos. Também apelar para que haja imediatamente um cessar-fogo e que parem de se matar uns aos outros. Apelo também ao diálogo entre as partes porque só o diálogo poderá chegar a alguma negociação e, uma coisa evidente que todos nós queremos, apelar ao fim da guerra porque se não houvesse guerra, hoje, não estávamos a passar por algumas questões na Europa, em Portugal e particularmente também afeta um conjunto de preços que hoje, aqui, são trazidos a debate associados às empreitadas. A guerra fez disparar uma escalada inflacionista e que está imparável e, isto, afeta-nos a todos. É necessário colocar humanidade e coração na situação que se passa na Ucrânia e apelar ao fim da guerra e ao início das negociações.

Depois, e antes de terminar, dizer o seguinte: Respeito e gosto muito da Sra. Presidente de Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, e não é graxa, é factual. Alvôco não é só Época Balnear. Foi feito um investimento na Praia

Fluvial de Alvôco, conforme é feito um investimento na Praia Fluvial de São Gião, que está na Rede das Aldeias de Montanha, conforme é feito um investimento na Praia Fluvial de Avô, que precisamos de corrigir e também estamos a trabalhar numa candidatura para corrigir os problemas dramáticos que acontecem anualmente quando há cheias, conforme é feito um investimento na Praia Fluvial de São Sebastião da Feira. Nós queremos qualificar toda a nossa Rede Balnear, espaços de qualidade, mais pessoas, mais turistas, mais visitantes, melhor imagem do Concelho, mais visibilidade e mais notoriedade.

Portanto, Alvôco é mais do que a época balnear e quando foi dito que precisamos de fixar e captar pessoas, precisa Portugal, precisa a Região Centro, precisa o interior da Região Centro e precisa também Oliveira do Hospital e precisa também Alvôco das Várzeas. Fixar pessoas é, hoje, o principal ativo que o País precisa. E quanto à criação de serviços? Então, não criámos o Espaço de Co-Work? Então, não vamos criar o Espaço do Cidadão? Então, não vamos instalar o Balcão SNS, já está esse processo em andamento?

Sobre o Espaço de Co-Work: Alvôco, tem, mas, o Seixo, não tem! Alvôco, tem, mas, Nogueira do Cravo, não tem! Alvôco, tem, mas, Travanca de Lagos, não tem! Alvôco, tem, mas, Meruge, não tem! Alvôco, tem, mas, Lagos e Lageosa, não tem! Não pode haver Espaços de Co-Work em todo o lado, por agora, mas, quando aparecer uma oportunidade, vamos alargar a rede. Haja condições para os criarmos, porque o teletrabalho e a Rede Nacional de Teletrabalho do Interior veio para ficar.

Sobre a questão colocada relativamente ao médico, dizer o seguinte: Naturalmente que quero associar-me ao Voto de Reconhecimento ao Doutor Fernando Morais que foi apresentado pelo Deputado José Ferreira. O Doutor Fernando Morais serviu, anos e anos, o Serviço Nacional de Saúde e serviu a sua freguesia e teve um bonito reconhecimento feito pela Liga de Amigos de Alvôco das Várzeas, onde também tive a oportunidade de estar presente, e agraciá-lo com o Voto de Reconhecimento e Louvor, aprovado pela Câmara Municipal.

Dizer-lhe, isto, e ficar de forma clara: Nós temos, neste momento, o acordo da ARS para contratar um médico, com trinta e cinco horas, ou dezassete horas, porque é o padrão, e andamos à procura desse médico, e estamos disponíveis, e a Sra. Presidente da Junta de Alvôco das Várzeas sabe que já envidámos todos os esforços para que o médico que nós queremos, e o médico que a Junta de Freguesia quer, seja colocado em Alvôco, e a Sra. Presidente da Junta sabe que eu estou a falar a verdade! Assim, como, relativamente ao

Caminho das Eiras, estamos a atualizar preços, porque o valor que estava, neste momento, está desatualizado, e, naturalmente, é uma obra para executar, como é evidente.

Creio que respondi a todas as questões, e até já vou muito para além da hora, e se ficou alguma questão por responder peço que a sinalizem.

O Projecto da Indústria Transformadora integra a agenda mobilizadora e está em apreciação no PRR para financiamento da componente produtiva. A componente de investigação está no Portugal-2020. Neste momento estão entregues as candidaturas para efeitos de aprovação. Os projectos são investimento privado mas felizmente têm sido acompanhados pela Câmara Municipal a par e passo junto de quem implementa as agendas mobilizadoras. As agências mobilizadoras são um consórcio de empresas que se juntam com um determinado tema para obter financiamento junto do PRR para materializar os investimentos, seja na área das instalações, seja para equipamento produtivo, seja na área da investigação e no desenvolvimento de novos produtos.

Essa empresa que refere está, neste momento, numa agenda mobilizadora, e de momento não me recordo qual é, mas o projeto está candidatado e, isso, é um bom sinal.

Relativamente ao Parque dos Marmelos, dizer o seguinte: A obra está concluída. Neste momento está a ser avaliada a questão da revisão de preços, ou seja, a obra está concluída, está paga, mas agora há o item revisão de preços, ou seja, a chamada fatura acrescida, e, naturalmente, estamos a estudar a questão da entrada, porque dialogámos com os Bombeiros e estamos a estudar uma solução que evite o corte da árvore e que garanta a mobilidade de veículos urgentes. Também queremos introduzir algumas melhorias que tornem o parque mais inclusivo e mais atractivo. Naturalmente que o parque vai ser inaugurado e, nessa altura, vamos enviar um convite ao Sr. Deputado Municipal, João Brito, porque tenho a certeza que desta vez vai estar presente na inauguração.

E porque é que é que há inauguração, pergunta o Sr. Deputado João Brito? Porque há obra feita e paga.”

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em regime de substituição, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Finalizámos o Período de Antes da Ordem do Dia e passaríamos para o Período da Ordem do Dia.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“A situação financeira é aquela que está demonstrada na documentação que foi enviada mas posso dizer-vos que somos uma Câmara que deve sete mil novecentos e trinta e seis euros e sessenta cêntimos de empreitadas e de dívidas a fornecedores de serviços temos quatro mil oitocentos e setenta euros. Acho que isto é que é relevante.

Quero dizer-vos que temos obras adjudicadas na ordem dos doze milhões de euros, vamos por um caminho de uma gestão prudente com curtos prazos de pagamento e incremento do saldo de operações orçamentais.

Queremos caminhar e manter uma boa gestão financeira, cumprimento dos rácios para a manutenção da exclusão do âmbito de aplicação da Lei do Fundos Disponíveis, ou seja, ter capacidade e maleabilidade, mas também trabalhamos com um alerta permanente, o princípio da prudência, que prevalece sempre nas decisões.

Hoje o Orçamento de Estado está a ser aprovado e vamos ver o que ele nos traz. Temos aí a transferência efetiva das novas competências na área da Educação, Saúde e Ação Social e o impacto que isso vai ter e, depois, temos uma realidade, que já falámos, aqui, sobre ela várias vezes: A instabilidade macroeconómica e o conseqüente risco de surgimento de pedidos de reequilíbrio financeiro, aumento abrupto dos preços da energia e dos combustíveis, e, isso, naturalmente, e passo a expressão, vai comer ao Orçamento Municipal disponibilidades que poderiam ser aplicadas noutras frentes.

Esta é a realidade que tenho para vos dizer e é com este risco que vivemos todos os dias mas, também tenho que dizer, já passámos pela intervenção da Troika, pela aplicação da Lei dos Compromissos, pelos cortes orçamentais às Câmaras Municipais, já passámos pelo desafio dos incêndios e tivemos que redirecionar prioridades e meios financeiros e já recuperámos desses grandes desafios. Acho que com sentido de responsabilidade e equilíbrio, sem perdermos a visão de futuro para onde caminhamos e para onde queremos colocar o Concelho e cada uma das Freguesias, com prudência e com equilíbrio, com diálogo, com concertação de esforços, com certeza que vamos ultrapassar esta fase menos boa que se avizinha. Essa fase menos boa tem a ver com a

guerra e com este descontrolado crescimento dos preços, com o impacto que se tem verificado e discutido aqui.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de apoio à Freguesia de Aldeia das Dez para Requalificação do Prédio Urbano denominado de “Casa da Memória”.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Esta Requalificação do Prédio Urbano denominado de “Casa da Memória” tem uma candidatura ao Programa Valorizar do Turismo de Portugal. Foi uma candidatura negociada entre o Município de Oliveira do Hospital e a ADXTUR. A ADXTUR é quem promoveu esta candidatura. A candidatura chama-se aldeias.com e tinha vários itens de investimento e foi aprovada para a Rede das Aldeias do Xisto e, por isso, Aldeia das Dez foi beneficiária desta intervenção. O beneficiário do apoio financeiro é o Município de Oliveira do Hospital. Vamos fazer uma intervenção na designada Casa da Memória no âmbito deste projecto aldeias.com, financiado pelo Programa Valorizar. Uma vez que é uma intervenção com um fundo atribuído ao Município de Oliveira do Hospital, no âmbito da Rede das Aldeias do Xisto, do qual o Município de Oliveira do Hospital é sócio, e esse fundo vai ser aplicado num edifício da Junta de Freguesia, para salvaguardar as questões legais e não haver nenhuma reserva optámos por trazer esta questão à Assembleia Municipal.

Portanto, a Aldeia do Xisto é Aldeia das Dez, o edifício beneficiário da intervenção é a Casa da Obra. Como é uma intervenção do Município financiada por um Fundo Nacional num edifício da Junta de Freguesia, o processo foi apreciado pela Câmara Municipal e vem à Assembleia Municipal para aprovarem a intervenção.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“É para dizer que estou inteiramente de acordo, vou votar a favor, e creio que pela argumentação que o Sr. Presidente da Câmara Municipal aduziu que é o aproveitamento de uma candidatura às Aldeias do Xisto e isto é importante. A questão é que as Aldeias do Xisto e as Aldeias de Montanha abrangem apenas, e salvo o erro, apenas três Freguesias do Concelho. Portanto, nós precisamos de

um outro instrumento que permita a todas as Freguesias do Concelho ir aos Fundos que permitem a recuperação de património. Eu já tinha falado nisto ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e não estou, aqui, a pregar nenhuma rasteira a ninguém, nem é meu hábito.

Quero dizer que temos condições de criar uma Associação das Aldeias do Granito e, se criarmos uma Associação das Aldeias do Granito, creio que poderemos incluir todas as aldeias do nosso Concelho e de Concelhos vizinhos, e há condições para o fazer, assim também haja disponibilidade da nossa parte. Creio que necessitamos urgentemente desse instrumento. O Sr. Presidente da Câmara Municipal, numa conversa que tivemos, disse que a Câmara Municipal está disponível a dar apoio na constituição desta Associação e creio que temos que dar os primeiros passos porque em todas as Freguesias há património. Defendo que deve haver uma carta do património a recuperar. Nós temos consciência de que não é possível recuperar tudo de uma vez porque é impossível mas precisamos de ter essa carta. Acho que este instrumento seria muito útil e temos que ver como é que podemos pôr isto de pé.

Dizer ainda o seguinte: Tenho verificado no *site* da Câmara Municipal que há um conjunto de iniciativas apoiadas por várias instituições. Muito sinceramente e quero dizer em público para não parecer que “estou a puxar a brasa à minha sardinha”, porque eu sei que há uma certa ciumeira absolutamente anedótica em relação a Meruge, e eu faço questão de pôr as coisas em público, creio que esta informação sobre a possibilidade de apoios para iniciativas culturais devia ser fornecida a todas as Freguesias.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Venho congratular o Executivo por ter conseguido a candidatura que está aqui em causa.

Obrigado, pelo esclarecimento que fez porque não se trata de um financiamento à Junta mas, sim, uma candidatura que vai valorizar o património do Município.

Em Aldeia das Dez, o património que temos é impensável de recuperar porque temos “elefantes brancos” e não há hipótese de os recuperar. Portanto, se não for o Município a tomar conta daquelas grandes obras a realizar, já mais vamos ter aldeias com dignidade, já mais vamos ter aldeias com uma perspetiva de futuro. Nós temos lá outro “elefante branco” que infelizmente, na altura, a

Junta ficou na sua posse, e eu não quero fazer comparações com aquilo que os outros têm e com aquilo que não tenho, só vou dizer o que não tenho: Em Aldeia das Dez não temos um sítio para fazer uma exposição e não temos um sítio para fazer um espectáculo em espaço coberto.

Na Casa da Obra/Casa da Memória vamos tentar dar uso às tradições da Freguesia mas é só durante dois meses, julho e agosto.

Portanto, faço um apelo à Câmara Municipal para que, dentro das suas possibilidades, nunca descurem a nossa necessidade de algumas coisas e muito já fez o nosso Município, nestes últimos doze anos, em prol de Aldeia das Dez. Aldeia das Dez não tem um único pavilhão, um único polidesportivo e durante anos, e anos, o poder político ignorou aquela parte do Alva mas, o passado, é passado, e o futuro pode ser mais risonho, aliás, tem sido, nos últimos anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente da Câmara Municipal, muito obrigado, Srs. Vereadores, pelo vosso trabalho e pelas vossas iniciativas.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“A questão suscitada e, este, para além de ser o órgão deliberativo também é um órgão de reflexão e um órgão estratégico do Município, e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge levantou, aqui, algumas questões que reputo como pertinentes, e também me deu oportunidade de esclarecer, aqui, algumas questões e, às vezes, pode haver perspetivas desfocadas: Para se ser integrante na Rede das Aldeias de Montanha, a regra estabelecida, por quem validou a rede, eram as aldeias que integrassem o Parque Natural da Serra da Estrela e aquelas que confinassem com o Parque Natural da Serra, e, neste caso, Alvôco das Várzeas e São Gião. Foi esse o critério validado pela CCDR. De facto houve critérios territoriais e, depois, a CCDR, por opção, alargou à área de paisagem protegida da Serra da Gardunha e integrou algumas aldeias. Este é o único projeto que une a Serra da Estrela à Serra da Gardunha e, por isso, é que “tem muitas pernas para andar” e para crescer. Hoje, por exemplo, no PROT-Centro foi falado na oportunidade de crescimento da Rede das Aldeias de Montanha e, do crescimento, até, do ponto de vista financeiro, e isto veio a propósito de uma questão que eu suscitei lá: Se há política de cidades, se toda a gente debate política de cidades, porque é que não se debate uma política de território mais abrangente? Porque é que não há política de aldeias? Porque é que não há políticas de territórios de baixa densidade? Porque é que não há

políticas para regeneração urbana e valorização das aldeias? Obviamente que o edifício abanou, mas era esse o objectivo, e a anotação ficou feita.

Aldeias do Xisto: Quem olha para Aldeia das Dez vê que não é literalmente uma Aldeia do Xisto mas, na altura, as aldeias propostas à Rede e à CCDR, que validou os critérios, aceitaram a integração da Aldeia das Dez na Rede das Aldeias do Xisto, e ficámos contentes, mas também gostaríamos que outras aldeias tivessem sido integradas, e estamos a falar do maciço que cobre a Serra do Açôr até à Beira Baixa, e até propusemos outras mas Aldeia das Dez foi a única que foi validada e integrada devido às suas características urbanísticas, ao seu posicionamento geográfico e foi feita uma avaliação do seu património edificado e também da sua envolvente em termos ambientais. Insisti muito para que entrassem mais duas aldeias mas acabaram por integrar Vila Cova do Alva.

Sobre o acesso de outras aldeias a fundos para financiamento de intervenções de regeneração urbana, de requalificação dos espaços públicos, de valorização dos espaços ambientais, de criação de zonas verdes, de criação de espaços de lazer e de saber e de tradições, de unidades museológicas, etc, etc, temos aí o PRPI-Programa de Revitalização do Pinhal Interior que abre a possibilidade de candidaturas para as Juntas de Freguesia, e já disse, isto, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge. O que é preciso é estruturar projectos, pensá-los, amadurece-los, fazer o caminho e quando estiverem as candidaturas abertas é meter os processos de candidatura. Há um trabalho que ninguém pode fazer por nós e que é o trabalho de casa, o trabalho de reflexão do que queremos fazer e onde e também perceber se há alinhamento com os objectivos do PRPI porque se não há alinhamento com os objectivos o projecto não é elegível. Depois é preciso fazer todo o trabalho de orçamentação, de memórias descritivas e justificativas e percebermos quais são as melhores opções para candidatar. Às vezes, vale mais uma intervenção pequena, porque passa melhor, do que uma intervenção de grande escala. Portanto, é preciso estarmos atentos às oportunidades. Naturalmente que, da parte do Executivo e da Equipa Multidisciplinar de Desenvolvimento Económico, estamos sempre disponíveis para dar ajudas relativamente àquilo que está a surgir em termos de avisos de concurso e, isso, é importante. Ultimamente as candidaturas que têm existido são para os Municípios, e não são para as Freguesias, e também que fique já claro, o João Abreu conhece-me e conheceu-me a trabalhar na área do desenvolvimento local numa altura em que Meruge ficava com as candidaturas todas e, na altura, reabilitou a Lage Grande, o Terreiro do Santo, o Forno do Ti

Aníbal, a Casa do Ti Aníbal, um espaço de Internet, e até na altura fizemos uma reportagem para o Jornal Pessoas e Lugares, da rede Portuguesa líder, onde chamámos a aldeia de Meruge de aldeia líder porque de facto devia ser a aldeia com mais projectos aprovados por metro quadrado, e isso foi mal? Claro que não, foi muito bom para Meruge!”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de apoio à Freguesia de Aldeia das Dez para Requalificação do Prédio Urbano denominado de “Casa da Memória”, que foi aprovada por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 28º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro na atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 56/2020 de 12 de agosto, da proposta de não-aceitação do Auto de Transferência de Competências para o Município na área da Saúde.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“A Câmara Municipal e a Assembleia Municipal rejeitaram sucessivamente o acolhimento do exercido das competências na área da Educação, na área da Saúde e na área da Ação Social. Relativamente à Educação fomos até ao limite e assumimo-la a partir do dia 1 de abril por imposição legal. Dizer que já fizemos o primeiro ato formal pagando os vencimentos a cento e dezassete novos funcionários que integraram o quadro de pessoal do Município, ou seja, o Município de Oliveira do Hospital tinha duzentos e quarenta funcionários e agora passa a ter trezentos e cinquenta e sete funcionários. Portanto, também não se admirem que a despesa corrente vá aumentar. Nós não pedimos a transferência de competências, ela foi-nos imposta.

Relativamente à área da Saúde e, para que acolhêssemos o exercício da competência da Saúde, teríamos que assinar o ato de transferência, e há, aqui, um desajustamento entre aquilo que é transferido da Administração Central e o custo efectivo, ou seja, o que temos realmente que investir para exercer a competência. Aquilo que foi concertado, em sede da CIM, por unanimidade, é que ninguém assinasse o auto de transferências até que fosse melhorada a

dotação financeira para suportar o exercício da competência na área da Saúde, que vai desde receber o pessoal operacional, manutenção dos edifícios, equipamentos, viaturas, etc, etc, etc, e perguntam vocês: Porque é que ele está a dizer etc, etc, etc? O que está no etc, etc, etc, é a incógnita que não permite uma correspondência efectiva do fundo transferido. Há uma série de despesas que são etc, etc, etc, que têm que ser identificadas e valorizadas financeiramente para que haja a transferência efetiva do valor correspondente a esses mesmos etc, etc, etc. Contratos que estão omissos e que não estão no auto, serviços que são prestados e não estão no auto, seguros, manutenção de equipamentos, etc, etc, etc. À medida que vamos trabalhando esta competência vamos percebendo a rede de despesas e, naturalmente, queremos verificar, com o Ministério da Saúde ou com a ARS, o custo efectivo e que seja transferido o valor correspondente a esse mesmo custo.

Portanto, até que isso aconteça, não vamos assinar o auto de transferência e a Câmara Municipal deliberou por unanimidade a não-aceitação, alinhada com uma deliberação, por unanimidade, da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. É essa a proposta que se traz à Assembleia Municipal.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal, o que está aqui em causa, é que diz, aqui, transferência de competências mas, isto, não é transferência de competências. O que se transfere, aqui, é pagamentos, e pagamentos, e pagamentos.

O PSD, nos últimos quatro anos, tem votado sempre ao lado do Executivo, no que diz respeito a estas ditas transferências, mas, a transferência, aqui, é a transferência bancária do dinheiro da Câmara para pagar salários. Se recebêssemos, o edifício do Centro de Saúde carece de obras urgentes, e não é de hoje, é há anos, e todos nós sabemos disso. O que o Estado está a querer é transferir despesas para o Município, despesas que nós não temos aceiteado porque realmente não ganhamos nada com esta transferência de competências, e porque as competências continuam todas do lado do Estado e, para nós, querem apenas passar as despesas. Essas despesas, que nós vamos ter que aceitar este ano, vão tirar dinheiro dos Oliveirenses, dinheiro que deveria ser para o desenvolvimento socioeconómico dos Oliveirenses e vai ser retirado porque vamos receber um edifício que vai precisar de obras, vamos ter que

gastar cerca de meio milhão de euros para reestruturar aquele edifício, dinheiro que vai ser grande parte dele dos Oliveirenses.

Portanto, o que o Estado está a querer fazer é transferir despesa para o Município, ficando, assim, o Município com menos recursos financeiros para poder satisfazer aquelas que são as necessidades dos Oliveirenses.

Portanto, o PSD também não se revê nesta transferência financeira e iremos votar, mais uma vez, ao lado do Executivo.”

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em regime de substituição, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Em relação a isto, estão aqui pelo menos três elementos que estiveram na última Assembleia Intermunicipal onde precisamente isto foi votado e todos votámos contra, exceto uma coligação da Figueira da Foz, acho eu.

O problema que se põe, aqui, não é só os dinheiros. Eu não me importava que nos entregassem as estruturas mas sem fazermos obras. Se compararmos, por exemplo, Avô e Ervedal, que têm umas instalações ótimas e novas, feitas pela Câmara, e compararmos com Oliveira do Hospital, é um absurdo porque Oliveira do Hospital neste caso iria receber uma ninharia e tinha que fazer a manutenção. Antes de passar para cá a manutenção têm que nos entregar a obra bem, com todas as condições. Eu acho que isso é a parte fundamental que nos uniu a todos na Assembleia Intermunicipal para votar contra esta parte.

Portanto, não foi o PSD em Oliveira do Hospital, não foi o PS noutra sítio qualquer, fomos todos nós na Assembleia Intermunicipal, com todos os partidos, desde a CDU, o PS, o PSD, as coligações existentes, votámos todos contra. Fundamentalmente o problema são as estruturas e os negócios em termos dos carros, dos seguros, e, isso, é que pode vir a trazer muito mais despesas porque as despesas, em termos de salários, serão compensadas de alguma parte, não na totalidade com certeza, isso é que vai trazer ao Concelho falta de alguma libertação de meios para outras coisas.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Só acrescentar o seguinte: A leitura simplificada do Sr. Deputado João Brito é factual. O exercício da competência na área da Saúde pelos Municípios, que fique claro: Os Municípios não ficam com a responsabilidade de contratar médicos. Eu já ouvir dizer por aí que agora é à Câmara Municipal que compete

contratar e colocar médicos. Não cabe à Câmara Municipal contratar enfermeiros. Não cabe à Câmara Municipal contratar pessoal especializado. Cabe à Câmara Municipal pagar o funcionamento da área administrativa e da área operacional. Cabe à Câmara Municipal manter os edifícios, Cabe à Câmara Municipal garantir alguns equipamentos, mobiliário, etc, etc. Mas, por exemplo, não cabe à Câmara Municipal adquirir meios auxiliares de diagnóstico. Mas a manutenção das viaturas, os seguros, contratos de prestação de serviços, desinfeção. Agora, este tipo de despesas que vão surgindo, não estão contempladas do lado da receita e obviamente que aquilo que não estiver contemplado do lado da receita e competindo à Câmara fazer, onde é que acham que a Câmara vai financiar a resposta às necessidades dos cidadãos? E, atenção, se há sectores prioritários na vida de uma comunidade é a Saúde e a Educação. Imaginem o que é que mais pesa na transferência de competências? E sobre quem recai a despesa? É sobre o Município de Oliveira do Hospital. E, se não vier a verba suficiente da Administração Central, onde é que vamos buscar a verba? Ao Orçamento Municipal. E onde é que a verba vai faltar? Essa é a grande escolha!

Tenho que vos falar com franqueza sobre este desafio que temos pela frente e vamos fazer um trabalho de equilíbrio e de rigor para o fazer bem feito.

Na Ação Social conseguimos a derrogação do prazo para 2023 para podermos negociar melhor essa competência.

Agora, se o Orçamento Municipal não cresce até ao infinito, se recaem sobre nós novas competências com financiamento que está subavaliado, temos que ir ao Orçamento Municipal buscar esses recursos. Esta é a realidade, mas, estes, também são os desafios e os atrativos da vida autárquica, é termos a capacidade de conseguir responder, por ordem de prioridades, àquilo que é realmente importante, e fazemo-lo com determinação e coragem, e sem reservas.

Educação, Saúde e Ação Social são prioridades do Município e, nisso, estamos todos de forma consensual e unânime. Não podemos é perder a capacidade de realizar obras de valorização do território concelhio, seja nas áreas mais rurais, seja nas áreas mais urbanas, seja nas aldeias ou nas vilas ou na própria cidade.

Volto outra vez ao início: Porque é que há uma política de cidades e não há uma política de aldeias? E acho que, todos nós devíamos batalhar, em várias frentes, para que no próximo período de programação de Fundos Comunitários, esta questão seja posta em cima da mesa, porque não é por falta de dinheiro de Fundos Comunitários, até porque são os territórios de baixa densidade que têm

os indicadores de desenvolvimento mais baixos que garantem que o envelope de dinheiros de Bruxelas seja chorudo, ou seja, o País ganha dinheiro com as áreas debilitadas e mais vulneráveis do País. Então, que esses dinheiros sejam investidos nas zonas mais vulneráveis, debilitadas e com os indicadores económico-financeiros mais frágeis do País e, nisso, acredito que estamos, todos, de acordo e unânimes nesta perspetiva.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 28º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro na atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 56/2020 de 12 de agosto, da proposta de não-aceitação do Auto de Transferência de Competências para o Município na área da Saúde, que foi aprovada por unanimidade.

De seguida foram apresentados em simultâneo os seguintes Pontos da Ordem do Dia:

Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 1ª Revisão ao Orçamento para o ano de 2022.

Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano para o ano de 2022.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Trata-se de aplicar o Saldo de Gerência, na ordem dos quatro milhões de euros, e é reforçado um conjunto de rubricas, de receita e despesa, e também de atividades e obras inscritas no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano que ao longo do ano serviram como contrapartida na assunção de despesa, bem assim, como outras modificações orçamentais que venham a ser aprovadas. Ou seja, na prática é a aplicação do saldo de gerência e a revisão das GOP que diz respeito à afetação destes recursos nessas Grandes Opções do Plano em várias rubricas.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Rui Miguel Guedes Abrantes, que fez a seguinte intervenção:

“Nós também vimos aqui fazer uma intervenção sobre os Pontos IV e V porque são Pontos que se podem abordar conjuntamente e porque se relacionam entre si.

Esta revisão pretende incluir no Orçamento no exercício em curso o valor de quase três vírgula nove milhões de euros, na realidade, como o Sr. Presidente da Câmara Municipal disse, quase quatro milhões de euros, respeitantes ao Saldo de Gerência apurado em relação ao ano que terminou, o ano de 2021. É efetivamente um valor considerável mas contrariamente ao que muito tem sido dito e muitas vezes afirmado aqui, não corresponde a um lucro ou a um resultado líquido de exercício nem representa um desempenho económico relevante e merecedor de referências muito elogiosas, na nossa opinião. Na realidade não estamos numa Assembleia Geral de Acionistas de uma empresa a analisar o desempenho de um Conselho de Administração. De facto o Saldo de Gerência anterior é apenas a diferença entre as entradas e as saídas de caixa e, portanto, representa um volume financeiro, que estando à disposição do Executivo em permanência para aplicar nas prioridades e nas despesas a que se tinha proposto, não foi efetivamente gasto e ficou em saldo para o ano seguinte e muitas despesas poderiam ter sido realizadas e algumas que até já falámos, aqui, hoje e em outras Assembleias e já foram várias vezes referidas como investimentos que já deveriam estar concluídos e que se têm arrastado no tempo com prejuízo para as populações e para as instituições que precisam de usar esses investimentos. Por outro lado, também não podemos deixar de sublinhar o facto de que esses quase quatro milhões de euros, que agora transitam para 2022, a maioria deste valor será distribuído por várias contas de despesa. É verdade que já ouvimos falar, aqui, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, que tem que gerir com alguma subtilidade porque vêm aí contas para pagar e os custos têm vindo a aumentar, mas também gostávamos de o lembrar que já passámos por muitas outras questões que conseguimos ultrapassar e com certeza vamos ultrapassar também esta.

Destes quase quatro milhões de euros apenas seiscentos e oitenta e um mil euros são destinados a despesas de capital. Reforço: Apenas seiscentos e oitenta e um mil euros, de quatro milhões de euros, que são destinados aos tais investimentos que este Concelho tanto carece nas acessibilidades, nos equipamentos coletivos, nas Zonas Industriais e em tantas outras necessidades também já, aqui, identificadas por tantos de nós. Ou seja, mais de quatro quintos deste Saldo de Gerência é agora destinado a suportar mais despesas correntes o que revela que esta é uma situação bastante sintomática de quais são as

prioridades deste Executivo que prefere gastar os recursos nas despesas correntes em vez de dar prioridade aos investimentos que geram mais receita, que fixam a população ativa, que criam atratividade para mais população vir para o nosso Concelho, que melhoram as infraestruturas e aumentam a qualidade de vida das populações já residentes.

Só podemos lamentar estas opções e, por isso, mesmo, iremo-nos abster nestas duas votações.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“A propósito desta questão, eu não me recordo, no âmbito da discussão destes dois pontos, de alguém aqui ter vindo falar o que quer que seja relativamente a tecer loas ao Executivo, relativamente a este Saldo de Gerência, até porque quaisquer loas, que eventualmente possam vir a ser tecidas ao Município, não terão que ser tecidas agora e terão que ser tecidas na apreciação das contas, quando estivermos a falar do Resultado Líquido positivo de quase novecentos mil euros que vamos ter, por um lado, que aprovar, e, por outro lado, depois, que encaminhar, aprovar a sua afetação. Portanto, esta confusão entre Saldo de Gerência e Resultado Líquido é uma confusão que não me parece presente no espírito dos Deputados Municipais, nomeadamente dos Deputados Municipais do PS, mas, sim, uma confusão, não sabemos se acidental se propositada, na cabeça dos Deputados Municipais do PSD, porque efetivamente não vi, aqui, ninguém gabar o Município e o Executivo por ter um Saldo de Gerência de quatro milhões de euros.

Depois, temos uma outra questão que também é importante ressaltar, é que a afetação destes valores tem que ser feita de forma racional e o Sr. Presidente da Câmara Municipal, no Ponto anterior, disse quais eram as suas preocupações, e que são preocupações que não me parecem despidiendas, são preocupações que advêm de uma guerra que nós não sabemos quando acaba, que sabemos que nos está a afetar brutalmente, nomeadamente no que toca aos combustíveis, e que se reflete obviamente naquilo que são as despesas correntes do Município. O gasóleo, a gasolina, os óleos, não são despesas de investimento, são despesas correntes e essas têm que ser acauteladas. Também quero recordar que os tais doze milhões de euros que existem de obras em curso, despesas de capital. São doze milhões de euros de despesas de capital. Estes doze milhões de euros estão lá, não necessitam dos outros.

Mais, estes doze milhões de euros de despesas de capital, que se refletem em obras em curso, têm a ver com capacidade de captação de receitas muito para além daquilo que são os canais habituais e os simples subsídios da Administração Central.

Portanto, se alguma confusão, aqui, existe, de certeza que não é da bancada do PS porque sabemos o que é Saldo de Gerência e sabemos o que são Resultados Líquidos. Sabemos também que daqui a pouco iremos aprovar esses cerca de oitocentos mil euros de Resultados Líquidos, ao contrário de alguns Municípios, que não são desta cor partidária, que têm que aprovar resultados negativos de quatro, de cinco, de seis e de dez milhões, mas, isso, também são questões que não são para aqui chamadas.

Dizer que efetivamente não temos confusão do que estamos a aprovar, percebemos que hajam diferenças naquilo que são o entendimento de onde deve ser afetado este saldo, percebemos, isso, mas, isso, resulta das diferentes perspetivas que cada um de nós tem da vida política e da vida pública e de onde é necessário efetivamente investir.

Há uma coisa que é certa, nos últimos doze anos, aquilo que tem sido feito, em termos de decisão de investimento, tem sido sufragado pelos Oliveirenses.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“O meu colega anterior tirou-me grande parte da intervenção, o que agradeço imenso.

A intervenção anterior à do Deputado Rui Monteiro mostra que, se calhar, em termos de contabilidade de empresas, eu já nem fá-lo de uma Câmara Municipal, porque a contabilidade de empresas é similar mas é algo diferente. Trazemos para aqui questões políticas, discutimos política e não discutimos o essencial, nomeadamente como é que se organiza uma contabilidade, como é que a contabilidade funciona, como é que as empresas funcionam, e como é que nós tendo nas costas um aumento significativo do custo de vida e dos combustíveis, provocado inicialmente por uma pandemia e, agora, em dois meses ou três, provocado por uma guerra que ninguém quer, e que o único beneficiário desta guerra tem um nome que não vou dizer aqui. Há quem esteja a ganhar muito dinheiro com esta guerra!

Aumentam os combustíveis, aumentam os cereais, e falo nos cereais porquê? Porque nós temos a parte social e temos que ajudar as pessoas com alimentos.

Então, esta revisão que se faz e a aplicação do Saldo de Gerência tem a ver com quê? Tem que ir para as contas e para o Orçamento para fazer face a isto.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Nunca pensei que um Saldo de Gerência de quatro milhões de euros causasse tanta agitação. Isto é só agitação!

Acho que é positivo termos um Saldo de Gerência de quatro milhões de euros porque se no final do ano não tivermos um Saldo de Gerência de quatro milhões de euros, ou só tivermos de um milhão de euros, ou se tivermos só de duzentos mil euros, vão falar que baixaram de quatro milhões para um milhão porque são maus gestores.

Levamos pancada porque são quatro milhões de euros e levamos pancada se baixar o valor do Saldo de Gerência. É da vida! Mas também digo que uma das vantagens e o prazer de estar na vida política é o gozo que nos dá ver a contradição, e, como dizia o poeta, “é preciso gostar da contradição”.

Tenho a certeza que o Sr. Deputado Rui Abrantes, quando baixar o Saldo de Gerência, virá aqui “malhar, a bom malhar”, porque baixou o Saldo de Gerência e porque não tiveram mão para conduzir “o navio” e, isto, é das regras da política!

Agora, eu pensava que ter quatro milhões de euros de Saldo de Gerência era positivo para o Município. Temos aqui uma reserva que agora vamos injetar no Orçamento Municipal, nas Grandes Opções do Plano, reforçando obras e intervenções, e nas despesas correntes, e porquê? Temos duzentos e quarenta funcionários, entraram, agora, mais cento e dezassete, o que dá trezentos e cinquenta e sete funcionários, temos que pagar a ADSE, mais vinte ou trinta funcionários que virão da área da Saúde, e isto dá, mais, ou menos, trezentos e oitenta funcionários. Ou seja, passamos de duzentos e quarenta funcionários para trezentos e oitenta funcionários, e, isto, é despesa corrente. Os combustíveis também são despesa corrente e sabemos o quanto eles têm disparado. A eletricidade também aumentou e já veio a carta da EDP a anunciar os próximos capítulos, e não se comprometem com preços.

Temos o aumento de custos com os recursos humanos. Recolha de resíduos sólidos Urbanos é despesa corrente, é a recolha, encaminhamento e tratamento. Sabem quanto é que custou em 2021? Foi um milhão de euros, mas a taxa de gestão de resíduos aumentou 100 %, aumentou de onze euros para vinte e dois euros, e no final do ano vamos fazer a conta. Temos que fazer a manutenção de edifícios municipais e, agora, crescem os edifícios que vêm da área da Educação e da área da Saúde, e, isto, tudo somado, vai ter que se afetar recursos financeiros a despesas correntes. Isto é uma evidência! Isto nem tem muita explicação, é a realidade!

Há uma coisa que estamos de acordo, se eu pudesse eu afetava os quatro milhões de euros a obras, o problema é que eu tenho que ser rigoroso e tenho que ser sério na forma como trato o Orçamento Municipal. Eu tenho que perceber onde tenho que canalizar os recursos financeiros porque seria ridicularizado no dia em que andasse a meter recursos financeiros para fazer obra e deixasse a descoberto determinado tipo de respostas à população ou não conseguisse pagar a iluminação pública ou os vencimentos de todos aqueles que estão ao serviço do Município ou a manter Edifícios Municipais e o Sr. Deputado Rui Abrantes tem a exata noção disso.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 1ª Revisão ao Orçamento para o ano de 2022, que foi aprovado por maioria, com seis abstenções.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano para o ano de 2022, que foi aprovado por maioria, com cinco abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2022.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“A atualização do Mapa de Pessoal diz respeito ao seguinte: Para 2021 em sede de Orçamento de Estado estava prevista a atribuição do Subsídio de Penosidade e Insalubridade a Funcionários Municipais que executassem um conjunto de tarefas que fossem de risco. Em dezembro aprovámos, aqui, o Mapa de Penosidade e Insalubridade, ou seja, um conjunto de funcionários beneficiários desse mapa, com a indicação que em 2022 faríamos a atualização desse mapa.

Portanto, avaliados os riscos nos domínios da recolha e tratamento de resíduos, tratamento de efluentes e higiene urbana, saneamento e procedimentos de inumações, exumações, transladação, cremação, abertura, aterro, arranjo de sepultura, asfaltamento de rodovias, atualizámos esse mapa de pessoal alargando o leque de beneficiários deste subsídio de penosidade e insalubridade. Ou seja, não vamos alargar o Mapa de Pessoal, vamos alargar o leque de beneficiários deste subsídio de penosidade e insalubridade, cumprindo com a lei e naturalmente protegendo os funcionários do Município de Oliveira do Hospital.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Tinha uma pergunta que já foi respondida, isto é uma atualização do Mapa e não é a totalidade dos membros.

Com a frontalidade que tenho sempre em todas as minhas atitudes, sejam elas pessoais, políticas ou de outro foro, queria dizer que alguns funcionários me abordaram manifestando a sua insatisfação por não terem sido incluídos neste mapa. Não tenho pormenores mas sei que são do serviço de saneamento.

Quero deixar aqui a seguinte pergunta: Estão todos os trabalhadores que a lei prevê que possam ser beneficiários ou houve algum critério de seleção?

Quero também deixar o seguinte esclarecimento: O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que Meruge era o campeão das candidaturas mas quero dizer que todas as candidaturas foram feitas ou pela Junta de Freguesia ou pelas Associações da Freguesia e sem o apoio da Câmara Municipal, e, na altura, também não eram vocês que estavam cá.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dizer o seguinte: A minha apreciação sobre o desempenho da Junta de Freguesia de Meruge ou, se quiser, da Comunidade de Meruge, foi em tom elogioso.

Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, João Abreu, que tanto estimo e prezo, também não te ficava nada mal dizeres que o então Técnico, José Francisco Rolo, também ajudou na instrução das candidaturas, a teu convite, fora de horário de trabalho, mas também não tem mal nenhum porque fi-lo com gosto, e também não me estou a gabar, só te estou a relembrar.

Relativamente ao subsídio de penosidade e insalubridade dizer o seguinte: Foram cumpridos os requisitos previstos na Lei, foi feita a avaliação do risco pelo Técnico de Segurança e Higiene no Trabalho, António José Tavares, não teve qualquer interferência política. O processo foi conduzido pelo Sr. Vice-Presidente, a quem peço para aduzir mais alguns esclarecimentos.

Dizer ainda que a avaliação do risco e a lista das pessoas beneficiárias correspondentes ao risco, foi feita pelo Técnico de Segurança e Higiene no Trabalho da Câmara Municipal e, depois, subiu ao Executivo apenas para aprovação e sem qualquer interferência política. É um trabalho de avaliação do referido Técnico.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Vereador, Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais, aqui, ninguém foi excluído. A única coisa que se fez de 2021 para 2022 foi actualizar o mapa que já existia, por exemplo, foram retiradas as pessoas que já faleceram e que se reformaram.

O novo Decreto-lei vem incluir duas novas áreas de serviços nomeadamente os serviços de asfaltamento e os serviços veterinários. Nos serviços veterinários não temos ninguém porque este subsídio é só para Assistentes Operacionais. Quem nos dera poderemos afetar todos os colaboradores com este suplemento.

Dizer ainda que este subsídio não é diário e que é só atribuído a estas pessoas nos dias que exercem funções de penosidade ou insalubridade e cada responsável é que vai sinalizar mensalmente essas funções.

Era nossa vontade afetar todos os colaboradores mas a lei não o permite e poderíamos afetar outras áreas de risco nomeadamente os electricistas, carpinteiros e todos os outros serviços externos que não estão incluídos infelizmente. A atribuição deste subsídio foi uma preocupação partilhada pelo

Executivo em permanência e pelos restantes membros da Câmara Municipal da oposição.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 29.º do anexo da Lei n.º 357/2014, de 20 de junho e da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2022, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 6-D/2021, de 15 de janeiro, do Inventário de Todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação e dos Documentos de Prestação de Contas do ano 2021.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Acho que a melhor forma de apresentar o Ponto VII seria ler um texto: Prestamos contas na Assembleia Municipal de um exercício que diz respeito ao ano de 2022, do qual alguns de nós tivemos a honra de pertencer ao Executivo então presidido pelo Prof. José Carlos Alexandrino até 19 de outubro de 2021, data da tomada de posse do actual Executivo. Mas prestamos estas contas com orgulho e honra também em nome de um excelente Presidente de Câmara Municipal que deu o seu melhor ao longo destes doze anos.

O Relatório e Contas de 2021 espelha a execução das Grandes Opções do Plano de 2021.

Evidencia uma política de continuidade da gestão autárquica da responsabilidade do Partido Socialista nos últimos doze anos. Dessa gestão saliento a abertura para o diálogo com todas as forças políticas, a responsabilidade social, a inovação, a procura de novas fontes de financiamento numa busca incessante pela melhoria das infraestruturas públicas e das condições de vida dos Oliveirenses, sempre sem prejuízo da boa condição financeira do Município de Oliveira do Hospital.

Assim, em 2021, o ano finalizou com um valor superior a onze milhões de euros de empreitadas adjudicadas com financiamento assegurado. Refira-se

que em 2021 as Grandes Opções do Plano tiveram uma taxa de execução de 75 %.

Das empreitadas em curso e das executadas destaco, pela sua indiscutível importância para o desenvolvimento do Município, a obra de Construção do Campus Educativo na procura da criação de condições de excelência para o Ensino Básico, a Reabilitação da Escola Secundária imbuída de uma forte preocupação ambiental e de saúde pública, a Reabilitação do Bairro João Rodrigues Lagos procurando dotar as habitações das condições de habitabilidade próprias dos tempos atuais, a Requalificação do Colégio Brás Garcia de Mascarenhas no sentido de facultar à cidade um equipamento adequado à prática cultural, a Beneficiação da Área Norte da Cidade criando novas condições de circulação e estacionamento, a Requalificação do Centro Histórico de Oliveira do Hospital dignificando a zona de modo a atrair novos residentes, a Requalificação do Parque dos Marmelos e margem ribeirinha da Ribeira de Cavalos fornecendo à cidade uma nova zona verde e um espaço lúdico de excelência, a Ampliação da Zona Industrial criando condições de atractividade de investimento privado potenciador do surgimento de novos postos de trabalho, a Construção do Centro de Recolha Animal Canil/Gatil respondendo a uma necessidade e a um sentir emergentes da sociedade civil no sentido da protecção e do bem-estar animal, a refuncionalização do Antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários para Centro Comunitário de Lagares da Beira facultando a esta freguesia um importante equipamento multiusos, a Requalificação da Casa Amarela, na Bobadela, permitindo a continuidade da aposta na dignificação do património histórico e cultural do Município, a realização em praticamente todas as freguesias de obras de requalificação de pavimentação de arruamentos, dignificando tais espaços e melhorando as condições de circulação pedonal e automóvel.

Em paralelo prosseguiu a política de descentralização consubstanciada na atribuição de verbas às freguesias, num valor total de setecentos e trinta mil euros, dotando-as assim de maior sustentabilidade financeira para procurarem responder às suas responsabilidades servindo os cidadãos.

A defesa da floresta e da segurança das populações constitui também um foco da actividade municipal em especial através da utilização de meios da ADESA na limpeza e manutenção de aceiros e caminhos florestais, defendendo a floresta contra incêndios e protegendo ao aglomerados populacionais.

No capítulo das acções imateriais saliento as preocupações sociais do Município traduzidas numa política de proximidade que permitiu enfrentar a

pandemia de Covid com um amplo programa de serviços prestados aos Municípios em articulação e a pedido da autoridade local de saúde. Refiro-me também ao programa de comparticipação de medicamentos, na comparticipação do tarifário social de água, na atribuição de apoios de emergência, na concessão de bolsas de estudo e de transportes escolares gratuitos.

Por outro lado não posso deixar de ter presente a importância do Programa de Incentivo à Natalidade que tem registado uma crescente adesão. Mas também podia falar na implementação do Programa Casa Digna que tem permitido a requalificação do parque habitacional do Concelho.

Também a modernização dos serviços continuou com a expressiva entrada em funcionamento da desmaterialização do processo de licenciamento urbanístico, simplificando processos.

Presente esteve também o planeamento como instrumento fundamental para a determinação dos objectivos e dos meios para os atingir. Assim, foi aprovado o Plano de Pormenor da Zona Industrial, o Plano Operacional Municipal na área da floresta e protecção civil e está em curso a terceira alteração à primeira Revisão do Plano Diretor Municipal.

Na área do turismo a aposta na continuidade da Festa do Queijo, em 2021 em versão *on-line* por força da pandemia, o esforço na manutenção do estatuto das praias fluviais e a divulgação do património concelhio ajudaram ao surgimento de diversos empreendimentos privados na área do alojamento e da restauração.

A prática de uma política orçamental de rigor e a proatividade na busca de novas fontes de investimento têm também permitido manter uma baixa taxa de IMI e fundamentalmente apresentar elevadas taxas de execução orçamental, na ordem dos 96 % na receita e dos 79 % na despesa, uma poupança corrente de mais de três milhões de euros, um forte incremento no saldo orçamental - 119,56 % - que se elevou a cerca de quatro milhões de euros, e a um resultado líquido positivo de mais de oitocentos mil euros, aliados à manutenção de um curto prazo de pagamentos aos fornecedores, oito dias. Acresce ainda a disponibilidade financeira de dois milhões de euros de um empréstimo para obras devidamente contratado e ainda não utilizado.

Por seu turno, até à data, não nos foram ainda facultadas as contas da Empresa Intermunicipal Águas Públicas da Serra da Estrela uma vez que, por força da necessidade da reconstituição da composição do Conselho de Administração, ainda não foram aprovadas pelos órgãos competentes.

As contas, ora em análise, expressam assim uma situação financeira favorável do Município apesar da contracção económica verificada em 2021 por força da pandemia de Covid e do acréscimo de encargos em algumas áreas de que é exemplo a recolha de resíduos cujos custos aumentaram substancialmente e da Taxa de Gestão de Resíduos que foi aumentada por lei em 100 %.

No entanto este contexto favorável confere-nos uma particular responsabilidade e insistimos na necessidade de prudência para enfrentarmos a situação de risco que se apresenta em 2022, quer a nível nacional, com o aumento brusco do preço dos materiais e do custo das revisões de preços, o risco de aparecimento de pedidos de reequilíbrio financeiro, a falta de mão-de-obra, o reaparecimento da inflação, o previsto corte nas transferências do estado e o processo de transferência de competências com o conseqüente aumento da despesa municipal, quer a nível internacional, com os efeitos decorrentes da guerra Rússia/Ucrânia, o aumento crescente do preço dos combustíveis e a espiral inflacionista. Nesta linha destaco particularmente a recente comunicação da EDP, empresa fornecedora de energia ao Município, da denúncia do contrato existente e pretensão de passagem para uma solução de preços indexados ao mercado com o aumento de encargos que se adivinha.

Concluo dizendo que a nossa opção será sempre pelo princípio do equilíbrio e do rigor orçamental na gestão de recursos do Município. Podem contar com isso.

Em conclusão, direi que as contas de 2021 são muito boas e em 2022 temos que ter os devidos cuidados.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a este Ponto VII quero dizer o seguinte: As contas são boas e a execução orçamental é boa, apesar dos tempos difíceis que vivemos.

Considero isto uma caminhada e, hoje, houve, aqui, algumas pressões mas, ao longo destes anos, temos sofrido alguns “penáltis sem cometer faltas”. Tivemos os incêndios, tivemos a pandemia e conseguimos, até agora, ganhar essas batalhas e estamos aqui de cabeça levantada porque foram anos difíceis mas conseguimos ultrapassar isso.

Agora aparece este “penálti”, que é a guerra, e pensávamos que íamos ter uma segunda parte mais calma e aparece-nos esta guerra que nos traz uma série de situações em que é difícil fazer previsões, nomeadamente no que se refere à revisão de preços, como já foi hoje, aqui, referido.

Queria dar uma palavra de incentivo, principalmente ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e ao seu Executivo, porque, se vencemos estas batalhas, eu tenho quase a certeza que vamos também vencer mais esta, e penso que a oposição estará imbuída do mesmo espírito de colaboração e considerando as divergências que são naturais e que há entre os partidos, mas estou convencido que também têm esse objectivo que é catapultar o Concelho cada vez mais para uma dimensão que sirva os interesses de todos os Municípios e que nos leve para além das fronteiras do próprio Concelho.

Penso que estaremos em condições de ultrapassar todas as dificuldades porque temos um saldo de cerca de quatro milhões e oitocentos mil euros e, se formos ver, temos dívidas a fornecedores de cerca de cinco mil euros, a empreiteiros temos oito mil euros, com obras em curso de doze milhões de euros. Acho que isto realmente nos traz alguma tranquilidade. Mas, reforçando aquilo que diz o Sr. Presidente da Câmara, há que ter cautelas porque não sabemos o que poderá acontecer.

Queria deixar, aqui, essencialmente uma palavra de incentivo porque vamos “defender os penáltis”, mais uma vez.

Vou votar favoravelmente as contas.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal, em dezembro, na nossa reunião, aprovámos uma retificação a este Orçamento e aprovámos um Orçamento, um Orçamento ainda maior do que este de cerca de trinta e cinco milhões de euros. Em dezembro passamos um Orçamento de cerca de trinta milhões de euros para cerca de vinte milhões de euros. Hoje estamos aqui a descer mais um bocadinho para os trinta e dois milhões de euros. Ou seja, começámos nos trinta e dois milhões de euros e agora vamos para os cerca de vinte milhões de euros. Ou seja, descemos e ficámos apenas com 68 % daquilo que foi o nosso Orçamento.

Aprovámos em dezembro o Orçamento para 2021 e, para quem se lembra, era de trinta e cinco milhões de euros. Estou em pânico! Este vai ter que ser revisto em alta. Com o aumento dos combustíveis e com o aumento dos cereais, estaremos, aqui, em dezembro, a retificar o Orçamento para os quarenta milhões de euros, e porquê? Porque a receita que estava prevista de cerca de dezasseis milhões de euros só foi de seis milhões de euros. Esse é que foi o senão. Portanto, andamos sempre a aprovar Orçamentos de mais de trinta

milhões de euros para depois, em dezembro e abril, os virmos retificar na ordem dos cerca de vinte milhões de euros. Portanto, espero que não seja, agora, o cereal e o gasóleo que faça com que realmente o Orçamento fique nos trinta e cinco milhões, como foi aprovado.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Esta intervenção do meu colega Deputado, anterior, é daquelas que em termos de gestão orçamental é para rir! Mas eu percebo o que é a política e estamos cá todos para isso, como é evidente. Acredito que seja um excelente Engenheiro Civil mas em Gestão Orçamental, por amor de Deus!

Queria, aqui, reconhecer o seguinte: Dou os parabéns ao Executivo Municipal e ao Sr. Presidente da Câmara Municipal pelo excelente relatório que produziram, pela transparência do relatório e pela apresentação. Isto é extremamente importante e há que reconhecer, isso, claramente.

Neste relatório podemos verificar que temos uma Câmara Municipal de portas abertas para os Municípios, sempre preocupada com qualquer Oliveirense ou com qualquer pessoa que venha para o Concelho, e que acolhemos de braços abertos. Temos uma Câmara Municipal que valoriza os recursos humanos.

Depois referir as atividades de valorização que são executadas e que estão em curso, nos jovens, na parte social, na cultura, no desporto, na escola, na inovação, na criação de valor, no lazer, no bem-estar, na família, na saúde, na floresta, na prevenção, na segurança, no turismo, nos transportes, nas obras, no património, nas vias, nas freguesias, e são muito mais, mas, estas, são para ficar na vossa memória.

Falámos em números e temos que compreender que um Orçamento quando é feito ele tem uma componente que resulta das receitas próprias e das receitas que vêm de financiamentos dos programas comunitários, e de outros. Normalmente o Orçamento tem que ser claramente superior para ir buscar esses valores. A realização já é outra coisa e a maioria das vezes não depende do grande esforço que a Câmara Municipal faz na captação de investimentos, como o Sr. Presidente da Câmara Municipal já falou. Temos um gabinete de excelência que trabalha na captação de investimentos nos diversos programas mas, às vezes, a oportunidade, o momento, a própria Comissão de Coordenação, ou quem gere os programas também cria as suas próprias oportunidades e, depois, temos que ajustar o Orçamento.

Não vou falar de números porque eles estão na documentação que foi enviada e todos os leram, de certeza, mas vou referir três ou quatro: De Execução Orçamental temos 96 %, 22,2 milhões de euros; De Receitas temos 96 %, 13,1 milhões de euros; De Receitas de Capital temos 96 %, 7,3 milhões de euros. Nas Despesas foi quase 80 %, 18,3 milhões de euros; O Saldo Corrente passa os 3 milhões de euros, As amortizações passam os 500 mil de euros e há um excedente anual que passa os 2,6 milhões de euros. Isto não é bom!

Dizer ainda: O ativo líquido da Câmara Municipal foi de 49,2 milhões de euros, subiu 5,6 milhões de euros, 13 %, o passivo foi de 9,1 milhões de euros e também cresceu, mas o diferencial está em 40 milhões de euros.

Agora, nós temos ameaças e quais são? Já foram referidas, são os custos das matérias-primas, são os combustíveis, são os materiais e a mão-de-obra, e são a transferência de competências. Por outro lado, também temos como ameaça as transferências do Governo. As nossas receitas próprias têm um certo significado mas as transferências do Governo é que são significativas e também aquelas que, depois, vamos buscar e que são fruto dos Programas do Quadro Comunitário.

Há uma palavra-chave que é a palavra incerteza e que tem a ver com o que se está a passar: A inflação está galopante e mesmo assim somos um dos Países que não tem uma inflação muito grande comparativamente com outros. A inflação, em abril, foi de 7 %; Temos a guerra na Europa; Tivemos a pandemia. Esse é que é o problema!

Devemo-nos todos honrar pela saúde financeira da Câmara Municipal.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Sou um grande apreciador de humor, sobretudo de algum humor inglês, e, curiosamente, hoje, não achei grande piada à tentativa do nosso ilustre colega de ser engraçado com combustíveis e cereais. Pronto, foi uma tentativa, e saudamos a tentativa!

Meus Senhores, às vezes, começa a ser complicado vir falar sobre estas coisas, porque é assim: Se nós quiséssemos um Orçamento com 100 % de taxa de execução na despesa e na receita era muito simples. As transferências obrigatórias da Administração Central para a Câmara Municipal têm um determinado valor, orçamentamos na despesa e na receita essas transferências, não fazemos mais nada, recebemos esse valor, gastamos esse valor, e

apresentamos uma taxa de execução na despesa e na receita de 100 %. É muito simples ter um Orçamento cumprido a 100 %!

Devo-vos dizer, alguns de vocês eram demasiado novos, mas já cá estavam, e era muito próximo do que acontecia há doze e há quinze anos.

Sabem porque é que não havia tantas correções ao Orçamento e às GOP? Por uma razão muito simples, porque não havia capacidade, de quem estava naquela sala ali ao lado, de captar externamente aquilo que são os financiamentos necessários para fazer as obras para além daquilo que nós temos como certo. Essa é a grande questão, e dói! Quando não se consegue chegar aqui e de forma razoável analisar as contas, tenta-se fazer uma análise medíocre que não resultou. Quem me dera a mim que viéssemos fazer retificações ao Orçamento porque efetivamente tentámos ir buscar setenta milhões de euros, e não conseguimos, e só conseguimos ir buscar cinquenta milhões.

Há uma retificação que tem de ser feita porque decorre da lei.

Portanto, é assim: Eu percebo que vos doa! Percebo que doa perceber e continuar a ter que ouvir que, a 31 de dezembro, temos mais de doze milhões de euros de obras em execução; Taxa de execução das GOP, superior a 75 %; Taxa de execução de receitas de capital, mais de 96 %; Taxa de execução de despesas de capital, mais de 79 %; Prazo de pagamento aos fornecedores de oito dias; Dívida a fornecedores e empreiteiros, menos de dez mil euros.

Agora, Deputado João Brito, a propósito do Ponto IV e V, e se conseguiu ler bem os quadros e o relatório de gestão que lá está, perceberia que nas contas de 2021, em relação a 2020, há uma poupança de três milhões de euros de despesas correntes. Mas, isso, não vale a pena dizer! O que interessa é dizer que do saldo de gerência afetámos três milhões a despesas correntes para o próximo ano e só seiscentos mil euros a despesas de capital. Mas não teve a capacidade de chegar, aqui, hoje, e dizer, quero dar os parabéns ao Executivo Municipal porque, por exemplo, poupou três milhões de euros num ano em despesas correntes. É estranho! E, de facto, eu percebo muito pouco de finanças públicas mas há uma coisa que ainda consigo perceber: Uma obra é uma despesa de capital. Uma despesa corrente não é isso, e o Senhor sabe, e não vale a pena estar a tentar fazer novamente humor, porque, mais uma vez, não conseguiu fazer ninguém rir.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Só queria aduzir mais alguns argumentos para clarificar: Quero dizer que tenho a honra de apresentar as contas do ano de 2021 e que são referentes àquele que eu acho que foi um excelente Presidente de Câmara e tenho a honra de ter feito parte desses vários Executivos e particularmente também do Executivo de 2021.

Portanto, não vou tomar para mim qualquer mérito na leitura explicativa das contas. Este mérito diz respeito a uma liderança política, a um Presidente da Câmara que foi Presidente até 19 de outubro de 2021, e eu, a Prof.^a Graça e o Prof. Nuno e também pela colaboração ativa dos Srs. Presidentes de Junta que tivemos este desempenho. Não tomo para mim méritos que não são meus porque eu fiz parte de uma equipa.

Revisões Orçamentais: Eu não queria ganhar um tom de Professor mas tenho que dar este esclarecimento: As Revisões Orçamentais não foram inventadas em Oliveira do Hospital. As Revisões Orçamentais são um mecanismo legal de ajustamento do Orçamento à real execução e isto é feito em todas as Câmaras Municipais que optam por este mecanismo legal de ajustamento do Orçamento. Qual é a dúvida? Qual é a surpresa? Até parece que isto só é feito em Oliveira do Hospital!

Não gostam da Taxa de Execução depois da revisão feita em dezembro. A taxa dá-nos 96 % de execução na receita e 79 % de execução na despesa mas se formos ao Orçamento original, e vou usar os números referidos, aqui, pelo Deputado João Brito, temos 69 %, na receita e 57 %, na despesa, em relação ao Orçamento original.

Meu caro amigo, estas Taxas de Execução são excelentes, são boas em qualquer Município, e basta comparar. Taxas de 69 % e de 57 % de Execução, em referência ao Orçamento inicial, nós pedimos meças a qualquer Município da dimensão de Oliveira do Hospital. Tem dúvidas? Confira, verifique!

Estas taxas honram-nos e valorizam o trabalho feito, mesmo com os valores que o Deputado João Brito utilizou. Os seus valores são excelentes, e pedimos meças a qualquer Município.

O Sr. Deputado João Brito falou em Revisão Orçamental: Depois de aprovado o Orçamento de Estado, e foi, aqui, anunciado, em dezembro, que muito possivelmente para acomodar a despesa associada à transferência de competências e em resultado das implicações do Orçamento de Estado no Orçamento Municipal e não vamos precisar de dezembro para rever o Orçamento e se calhar vamos ter que o rever em junho de 2022 porque estamos, desde o início do ano, em regime de duodécimos, com valores de referência e

transferências de valores de 2021 e que, agora, têm que ser corrigidas e provavelmente em junho cá estaremos a fazer uma revisão Orçamental e não é para meter “doping” no Orçamento nem para tirar “doping”, é para ajustar, e mais uma vez com recurso a um mecanismo legal, à realidade, na ótica da receita e na ótica da despesa. Já hoje, aqui, também fizemos um pequeno ajustamento, incorporámos um Saldo de Gerência de quatro milhões de euros, é uma receita, não gostaram que fosse para despesa correntes mas inevitavelmente foi para aí que teve que ir uma grande parte desse valor.

Concluo dizendo: O Senhor não gosta dos 96 % nem dos 79 %, mas vou usar os seus valores que referiu aqui, 68,91 %, que me permitirá arredondar para 69 %, e 56,87 % que me permitirá que eu arredonde para 57 %. Estes valores de Execução de Receita e de Despesa são bons em qualquer Município da escala de Oliveira do Hospital e pedimos meças a qualquer Município da Região de Coimbra com estes níveis de Execução e se tiver dúvidas confira. Isto honra-nos a todos.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“De facto as contas são boas, temos que o reconhece, mas também temos que reconhecer que o papel da oposição é este.

Portanto, estar sempre a invocar o passado, acho que inquina um bocado o debate. A oposição tem uma leitura, o Município tem outra, mas as contas são boas e não há nenhuma dúvida.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, que eu conheço há muitos anos, tem de facto uma postura pedagógica, estivesse eu no lugar dele e já tinha “levantado os pés” algumas vezes. O Sr. Presidente da Câmara Municipal tem uma postura correta, pedagógica, paciente e sobretudo educada. Isto é importantíssimo e é uma mais-valia e eu creio que a oposição também reconhece isso porque tem um tratamento com ele que eu também gosto que tenha.”

De seguida a Primeira Secretária da Mesa, Dra. Ana Marta Mendes Garcia, usou a palavra para ler uma declaração do Presidente da Assembleia Municipal, José Carlos Alexandrino Mendes:

“Tendo em conta a minha ausência justificada pelas funções que atualmente exerço como Deputado na Assembleia da República, e particularmente, hoje, por estar a participar na discussão e votação do

Orçamento de Estado, venho proferir uma declaração que tem que ver com o facto de ser responsável, até 30 setembro de 2021, pela gestão financeira do Município a que presidi.

As contas de 2021, são o espelho do caminho traçado e percorrido pela governação do meu executivo. São a continuidade das contas dos anos anteriores. Foi sempre cumprido o equilíbrio entre as receitas e as despesas.

Não houve durante estes doze anos nenhum ano em que não se registasse um saldo positivo. As contas não mostram todo o trabalho feito, mas mostram o muito trabalho que foi feito.

Estas contas não espelham a dimensão das obras físicas que estão a decorrer no Concelho, neste momento, no valor de cerca de onze milhões de euros.

Estas contas não refletem o valor de 7,5 milhões de euros, duma candidatura às Energias Renováveis para a Zona Industrial.

Em seis distritos da Região Centro foram aprovadas apenas duas. Ao nível de Portugal foram aprovadas apenas dez.

É um projeto que fará toda a diferença na captação de empresas de valor acrescentado, pois a energia terá um custo relativamente baixo.

Estas são as melhores contas de sempre do Município de Oliveira do Hospital, em valores absolutos. Bastaria olhar para a Receita conquistada de 22,159 milhões de euros - uma verba nunca atingida. Nunca tínhamos passado dos vinte milhões de euros.

Destaca-se na rubrica da receita que atinge este número, porque em receita de capital conseguiu-se 7,3 milhões, concretizada sobretudo pelo financiamento comunitário.

A média desta rubrica em 2018 e 2019, andou por volta dos 3,5 milhões de euros e 2021 de 1,6 milhões, devido a pandemia.

Registe-se que o saldo final transitado para 2022 é de 3,873 milhões. O desenvolvimento do Concelho não foi feito à custa da dívida mas sobretudo à conquista das verbas do Quadro Comunitário.

Poderei dizer que estas contas são boas porque ajudaram a desenvolver o Concelho nos diferentes domínios, onde sobressaem as verbas gastas no desenvolvimento Económico, na Educação, na área Social, nas Freguesias, no Ambiente, na Cultura, no Desporto, ...

Estas contas são boas porque ajudaram a combater as desigualdades, e dou o exemplo do pagamento dos medicamentos aos idosos com reformas miseráveis.

Estas contas são boas porque ajudaram os jovens, de agregados com menores recursos financeiros, com o pagamento da Bolsa de Estudo para estudarem no Ensino Superior.

Estas contas são boas porque apoiaram através do Programa Casa Digna, a dar condições de habitação a famílias com poucos recursos financeiros.

Estas contas são boas porque ajudaram o comércio a mitigar os impactos da pandemia.

Estas contas são boas porque apoiaram os bombeiros, as IPSS as Coletividades, ou Ranchos, as Filarmónicas, as Tunas, os Grupos de Teatro, ...

Estas contas são boas porque pagaram o Monumento à Mãe Mulher.

Estas contas não são boas, porque não têm despesa da feira do queijo em formato presencial.

Estas contas não são boas porque não têm despesa da Expo. Todos sabemos porque é que estas contas não têm essas despesas, por que não se realizaram.

Poderia enumerar-se uma centena de mais explicações porque é que estas contas são boas mas de forma simbólica já o expliquei anteriormente, com exemplos simples.

Mas poderei dizer que o desenvolvimento do Concelho não foi feito à custa da dívida pública, até porque a reduzimos em cerca de três milhões.

Como sabem, quando entrei haveria à volta de vinte empréstimos, alguns vindos da década de 1990. A maior parte deles estão pagos.

Do empréstimo de 5 milhões contraído em 2007, pelo executivo anterior, já só se devia a 31 de dezembro de 2021, o valor de 1,723.000 €. A diferença foi paga nos nossos mandatos.

Há dois empréstimos contraídos pelo meu executivo: um no valor de 2 milhões, que já foram pagos 600 mil euros e outro no valor de 2,734 milhões, mas que só foram utilizados 734 mil euros, estando 2 milhões por utilizar.

Este valor é para ser construída a variante Este entre a Zona das Piscinas e a Zona Industrial. Importante referir que, de acordo com a última publicação da DGAL, o prazo médio de pagamento do nosso município era oito dias.

Penso que estas Contas de 2021, não deixam dúvidas de que deixamos um equilíbrio financeiro que foi sempre um grande desígnio da nossa governação.

Lembrar que o período entre 2009 e 2013 foi um mandato muito difícil, com a troika e os cortes aos municípios e às pessoas e, com uma taxa de desemprego galopante, que nos obrigaram a um esforço enorme na escolha do caminho a fazer.

Sobre o mandato de 2017 a 2021, todos vós sabeis por aquilo que passámos. O nosso Concelho não sucumbiu no tempo da troika. Não sucumbiu nos incêndios de 2017 nem sucumbiu à pandemia da Covid-19.

O nosso Concelho continuará com este novo Presidente e novo Executivo, numa política de equilíbrio financeiro, não comprometendo nunca o futuro das novas gerações.

Já neste início de mandato há novas dificuldades, devido à guerra na Ucrânia com consequências nas nossas vidas, sobretudo ao nível do aumento de custo de vida, dos materiais, combustíveis, etc... Por isso, não podemos deixar de estar unidos, todos os Oliveirenses, independentemente das diferenças políticas, para apoiar este Presidente e o seu Executivo num novo tempo, onde reconheça-se que não terão uma vida facilitada no seu desempenho, pelas variáveis ainda não conhecidas deste tempo de incertezas.

Por último, uma palavra de agradecimento a todos os elementos do Gabinete de Apoio à Presidência, Daniel Costa, Henrique Barreto, Liliane Cid, aos meus vereadores, José Francisco Rolo, Graça Silva, Nuno Ribeiro, que me ajudaram sempre a tentar tomar as melhores decisões.

Uma palavra de agradecimento a todos os trabalhadores da Câmara Municipal que, em momentos de grandes dificuldades, foram sempre um importante pilar da nossa governação.

Estas contas refletem o trabalho conjunto, mas refletem sobretudo o vosso trabalho, pela dedicação, pela entrega, pelas horas dadas às causas concelhias mas também pelo vosso amor a servir os outros, sobretudo os que mais precisam.

A melhor obra é a que serve as pessoas. A excelente obra é aquela fica no coração das pessoas.

Em meu nome e em nome do nosso Município de Oliveira do Hospital, Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos da alínea l) do nº 2 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei nº 6-D/2021, de 15 de janeiro, do Inventário de Todos os Bens,

Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação e dos Documentos de Prestação de Contas do ano 2021, que foi aprovado por maioria, com seis abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea l) do nº 2 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2021.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea l) do nº 2 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2021, que foi aprovado por maioria, com cinco abstenções.

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

E, não havendo mais nada a tratar, sendo vinte horas, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal em regime de substituição declarou encerrada a Sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim _____, Primeira Secretária, que a subscrevi.

(Presidente em substituição) _____

(Primeira Secretária) _____

(Segunda Secretária) _____